



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

ANDRÉA CARVALHO DE OLIVEIRA

**EGBÉ VIRTUAIS: TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL PARA O ATLAS
OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA**

Rio de Janeiro
2017

ANDRÉA CARVALHO DE OLIVEIRA

**EGBÉ VIRTUAIS: TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL PARA O ATLAS
OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

RIO DE JANEIRO

2017

Oliveira, Andréa Carvalho de.

Egbés virtuais: taxonomia facetada navegacional para o Atlas Observatório Quilombola / Andréa Carvalho de Oliveira, orientada por Marcos Luiz Miranda Cavalcanti de Miranda. – Rio de Janeiro, 2017.

83 f.: il., color; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Miranda Cavalcanti de Miranda.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1. Recuperação da Informação. 2. Taxonomia Facetada. 3. Taxonomia facetada navegacional. 4. Comunidades Quilombolas. I. Miranda, Marcos Luiz Cavalcanti de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciência Humanas e Sociais. Mestrado Profissional em Biblioteconomia. III. Título.

CDD 020

ANDRÉA CARVALHO DE OLIVEIRA

EGBÉ VIRTUAIS: TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL PARA O *ATLAS*
OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dr^a Naira Christofolletti Silveira – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dr^a Maria Aparecida Moura – Titular Externo
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof^a. Dr^a Patrícia Vargas Alencar – Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dr^a Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan – Suplente Externo
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

A minha avó Antonia Severina de Oliveira (*in memoriam*), a pessoa que ensinou o significado da palavra saudade. Grata por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço toda energia espiritual que abençoa minha jornada que conheço nesta vida como Deus, Oxalá, Oxum, Ogum, Nossa Senhora de Aparecida, São Jorge e Jesus.

Sou extremamente grata a minha querida família. Aos meus pais, Iraildes e Edson, meus amados irmãos, Beatriz, Aline e Hugo. E aos queridos sobrinhos, Amanda e Arthur, meu coração enche de alegria a cada encontro.

Aos meus companheiros de Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço. Em especial Atílio Iulianelli (*in memoriam*), eternamente presente na militância da instituição e dos movimentos sociais.

Aos meus companheiros da Fundação Casa de Rui Barbosa. Grata por tanto aprendizado.

Aos meus queridos amigos. Como é bom trilhar essa jornada com Rodrigo, Elisa, Lucas, Viviane, Renata, Carla, Mila, Manoela, Ana, Kátia, Natasha, Eliane, Jailza, Jeff, Giovania, Simone, Patrícia, Isa, Débora, Daniely, Anderson, Silvia, Erika, Alexandre e Raquel.

Aos meus companheiros de mestrado em especial, Ana Paula, Renata, Vera e Sheila. Sou extremamente grata por essa amizade e pelos momentos de aprendizados.

Para quem trabalha no Terceiro Setor manter-se vivo financeiramente é uma tarefa árdua nos últimos dias e essa dissertação foi um projeto difícil de redigir vivendo esse contexto. Por isso, sou grata pelas contribuições do meu orientador, Marcos Miranda e das professoras Naira Christofolletti Silveira, Maria Aparecida Moura e Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan.

Nesta vida sou extremamente grata por conhecer algumas comunidades quilombolas. Agradeço a experiência de trabalho e pessoal que vivenciei nas comunidades da Ilha da Marambaia, Maria Conga, Alto da Serra, Bracuí, Maria Romana e com as mulheres quilombolas do Sul da Bahia. Sou grata por cada segundo com vocês.

Agradeço a oportunidade de gritar FORA TEMER em qualquer lugar.

”Ser quilombola pra mim é acordar de manhã e
fazer meu café no fogão de lenha.”

Flávia Adriano (Comunidade Quilombola de
Santa Rita do Bracuí – Angra dos Reis - RJ)

“A juventude não é o futuro já é o presente.
Precisa envolver na luta, assumir um cargo e
bater no peito: Eu sou quilombola! Respeite isso
porque eu sou assim.”

Emerson Luiz Ramos (Comunidade Quilombola
de Santa Rita do Bracuí – Angra dos Reis - RJ)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo propor uma taxonomia facetada navegacional para o *site* Atlas Observatório Quilombola que possibilite o usuário encontrar de forma fácil e ágil a informação que procura referente às comunidades quilombolas no Brasil. O Atlas Observatório Quilombola foi criado em 2014 pela instituição Koinonia Presença Ecumênica e Serviço através do projeto *Apoio ao Fortalecimento Político e Protagonismo das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro*, promovido em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e o apoio financeiro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O *site* tem a função de disponibilizar verbetes com narrativas históricas, o andamento do processo de regularização nos órgãos do governo e as características socioeconômicas e culturais das comunidades quilombolas existentes no Brasil. O corpus do trabalho foram 198 verbetes cadastrados no Atlas e a pesquisa utiliza a Teoria de Classificação Facetada de Ranganathan (1967) e o trabalho de Maculan (2014) sobre taxonomia facetada navegacional como embasamento teórico, além do procedimento metodológico proposto por Campos e Gomes (2007) para fundamentar o trabalho proposto para o *site*.

Palavras-chave: Recuperação da Informação. Taxonomia Facetada. Taxonomia facetada navegacional. Comunidades Quilombolas.

ABSTRACT

The present study aims to propose a navigational face taxonomy for the Quilombola Observatory Atlas site, which enables the user to easily and quickly find the information he seeks referring to the quilombola communities in Brazil. The Quilombola Observatory Atlas was created in 2014 by the institution Koinonia Ecumenical Presence and Service through the project Support to the Political Strengthening and Protagonism of the Quilombola Communities of Rio de Janeiro, promoted in partnership with the Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) and financial support from the Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). The website has the function of providing entries with historical narratives, the progress of the regularization process in government agencies and the socioeconomic and cultural characteristics of the quilombola communities in Brazil. The corpus of the paper was 198 articles recorded in the Atlas and the research uses the Ranganathan Classification Theory (1967) and the work of Maculan (2014) on navigational facet taxonomy as a theoretical basis, in addition to the methodological procedure proposed by Campos e Gomes (2007) to substantiate the work proposed for the site.

Keywords: Information retrieval. Faceted taxonomy. Navigational face taxonomy. Quilombola communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Produção acadêmica brasileira sobre comunidades quilombolas (1995 a 2016).....	18
Figura 2 – Organograma de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço	24
Figura 3 – Página inicial do Atlas Observatório Quilombola	27
Figura 4 - Página de comunidades quilombolas por estado	28
Figura 5 – Verbete da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia.....	29
Figura 6 – Grau de complexidade em diferentes vocabulários controlados.....	33
Figura 7 – Esquema da Árvore de Porfírio.....	37
Figura 8 – Árvore Baniana (Banyan Tree)	37
Figura 9 – Exemplo de PMEST para comunidades quilombolas	39
Figura 10 – Relação entre categorias no Atlas Observatório Quilombola	57
Figura 11 – Lista de termos no Atlas Observatório Quilombola.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da pesquisa por assunto Quilombo, Comunidade Quilombola e Comunidade Remanescente de Quilombo.....	17
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	-	Associação Brasileira de Antropologia
ACQUILERJ	-	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro
BDTD	-	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEDI	-	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CONARQ	-	Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
EDF	-	Ecumenismo, Diálogo e Formação
FCP	-	Fundação Cultural Palmares
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINC	-	Ministério da Cultura
OQ	-	Observatório Quilombola
PMEST	-	Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo
PNPCT	-	Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RESC	-	Redes Ecumênicas e da Sociedade Civil
RTID	-	Relatório técnico de identificação e delimitação
SD	-	Saúde e Direitos
SEPPIR	-	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TN	-	Egbé Territórios Negros
TRD	-	Trabalhadores Rurais e Direitos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	16
2	JUSTIFICATIVA	17
2.2	EGBÉS VIRTUAIS: INFORMAÇÕES SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM AMBIENTE <i>WEB</i>	19
2.3	KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO.....	22
2.4	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE KOINONIA SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM AMBIENTE <i>WEB</i>	24
2.5	ATLAS OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA.....	26
3	REFERENCIAL TEÓRICO	30
3.1	COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL.....	30
3.2	TAXONOMIA NO CAMPO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	33
3.3	TAXONOMIA FACETADA	35
3.4	TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL COMO UMA FERRAMENTA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	39
4	METODOLOGIA	41
4.1	CAPTURE DO CONHECIMENTO.....	41
4.2	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO AGREGADAS.....	42
4.3	ELABORAÇÃO DAS ESTRUTURAS CLASSIFICATÓRIAS	42
4.4	ESCOLHA DO SISTEMA PARA A CONSTRUÇÃO DE TAXONOMIAS	42
4.5	VALIDAÇÃO DOS ESPECIALISTAS.....	43
5	TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL PARA O ATLAS OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	60
	ANEXO A - Lista de assuntos oriundos do <i>site</i> Observatório Quilombola.....	63
	ANEXO B - Estatuto de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço	68
	ANEXO C - Processo do planejamento estratégico de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.....	76
	ANEXO D – Lista de Sócios e Diretores de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço	80

ANEXO E - Processo de titulação de uma terra quilombola no Brasil	82
ANEXO F - Expediente do Atlas – Observatório Quilombola.....	83

1 INTRODUÇÃO

A internet é um importante meio de comunicação e disseminação da informação no mundo atual. Criada por Timothy John Berners-Lee nos anos 1990, a *World Wide Web*, mais conhecida por *Web*, surgiu como proposta de um sistema de comunicação entre computadores para possibilitar a troca de informações na época da Guerra Fria. No contexto *Web*, a necessidade de recuperar informação rápida e precisa tornou-se uma questão premente.

A recuperação da informação é um campo que desenvolve e estuda aspectos relativos à competência e efetividade das buscas em um sistema, de modo que os resultados de tais buscas sejam relevantes ao usuário. No campo da Ciência da Informação, a recuperação tem aspectos ligados ao tratamento e representação das informações em ambiente virtual ou impresso. (SILVA; SANTOS; FERNEDA, 2013. p. 28).

No entanto, nem sempre esses modelos de organização e representação da informação em ambiente *Web* seguem uma lógica na organização dessas informações disponibilizadas, causando a falta de organização, padronização na representação e a dificuldade em localizar e recuperar a informação. (AQUINO; CARLAN; BRASCHER, 2009).

A dissertação *Egbé¹ virtuais: taxonomia facetada navegacional para o Atlas Observatório Quilombola* surge devido à dificuldade profissional da bibliotecária de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, e autora desta pesquisa, em relação à recuperação e organização da informação da instituição em ambiente *Web*, principalmente em definir uma ferramenta para facilitar a busca do usuário no *site* Atlas – Observatório Quilombola. Sendo assim, esta dissertação está descrita em seis seções incluindo a introdução.

Na seção 2, são apresentados os motivos que levaram a realizar esta dissertação, apresentado a produção acadêmica referente à questão quilombola no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Esta seção também disponibiliza iniciativas da sociedade civil² de disseminar informações sobre comunidades quilombolas no Brasil. E por fim, apresenta a instituição Koinonia e seus produtos de comunicação e documentação, dando ênfase ao Atlas Observatório Quilombola.

¹ *Egbé* vem do Iorubá: sociedade e o lugar onde ela se reproduz.

² A sociedade civil é dividida em três setores, primeiro, segundo e terceiro. O primeiro setor é formado pelo Governo, o segundo setor formado pelas empresas privadas, e o terceiro setor são as associações sem fins lucrativos. Terceiro setor é um termo de origem americana, utilizado nos Estados Unidos, e o Brasil utiliza a mesma classificação. RIBEIRO, Elisete. Crise Econômica afeta Terceiro Setor. Disponível em: <<http://radioboanova.com.br/editorial/crise-economica-afeta-terceiro-setor/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

Na seção 3, são apresentados os objetivos que norteiam este trabalho em desenvolver uma taxonomia facetada navegacional para o *site* Atlas Observatório Quilombola com o intuito de facilitar a busca e recuperação da informação sobre as comunidades quilombolas do Brasil.

Na seção 4, apresenta a fundamentação teórica, que inicia com uma breve visão sobre o conceito das comunidades quilombolas no Brasil. No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, dialogamos com os trabalhos de Ranganathan (1967) e Campos (2001) sobre Teoria da Classificação Facetada. E por fim, trabalhamos com a contribuição de Maculan (2014) sobre taxonomia faceta navegacional.

Na seção 5, é descrito o procedimento metodológico baseado nos estudos de Campos e Gomes (2007).

Na seção 6, é apresentada a proposta de uma taxonomia facetada navegacional para o *site* Atlas Observatório Quilombola.

Por fim, a seção 7 apresenta as considerações finais e aponta sugestões para dar sequência à pesquisa no Atlas Observatório Quilombola.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral

Desenvolver uma taxonomia facetada navegacional para o *site* Atlas Observatório Quilombola com o intuito de facilitar a busca e recuperação da informação sobre as comunidades quilombolas do Brasil.

Objetivos específicos

Investigar como são organizados e representados à informação e conhecimento no Atlas Observatório Quilombola;

Verificar iniciativas realizadas de Organização e Representação do Conhecimento (ORC) em ambiente *Web* nas instituições do terceiro setor sobre comunidades quilombolas no Brasil;

Colaborar para maior visibilidade à produção documental sobre as comunidades quilombolas no Brasil.

2 JUSTIFICATIVA

Durante o processo de reconhecimento e titulação de um território quilombola, são recuperados e elaborados vários documentos³. Atualmente, com a internet, é possível encontrar essas informações e documentos sobre comunidades quilombolas de forma rápida. Mas em relação às comunidades quilombolas, que é o objeto empírico deste trabalho, como são disponibilizadas e recuperadas as informações e documentos em ambiente *Web*?

Antes de iniciar a pesquisa, necessitamos averiguar a necessidade de trabalhar o tema quilombo no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para isso, realizou-se pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, no período de 1995 a 2016, com a seguinte busca de termos: Quilombo, Comunidade quilombola e Comunidade Remanescente de quilombo. O foco da investigação foram as teses e dissertações de 85 cursos de mestrado e doutorado de diferentes universidades brasileiras. Resultados encontrados:

Tabela 1 – Resultado da pesquisa por assunto Quilombo, Comunidade Quilombola e Comunidade Remanescente de Quilombo

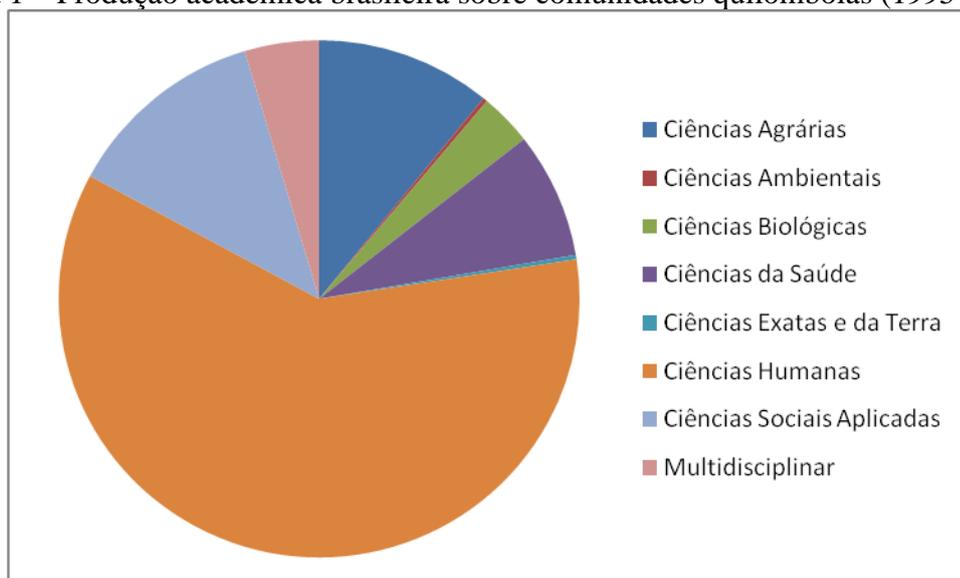
BDTD	Quilombo	Comunidade Quilombola	Comunidade Remanescente de Quilombo	TOTAL
Dissertações	141	123	4	268
Teses	40	38	2	80
Total	181	161	6	348

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2016.

³ Para Paul Otlet, documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, o filme, o disco e toda a parte documental que precede e sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e das imagens, existem objetos documentais por si mesmos (reália). São as amostras, os espécimes, modelos, fac-símiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo em três dimensões e, eventualmente, em movimento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.132).

⁴ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

Figura 1 – Produção acadêmica brasileira sobre comunidades quilombolas (1995 a 2016)



Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2016.

Através do gráfico percebemos que a área do conhecimento que mais desenvolve trabalhos acadêmicos é em Ciências Humanas. Essa constatação não causa estranheza, pois através do campo da Antropologia e História surgiram as significativas contribuições para ressignificar o conceito de comunidade quilombola no Brasil. Devido aos trabalhos da Associação Brasileira de Antropologia (1994) e dos autores Almeida (1989), O'Dwer (2002), Gomes (2006) e Arruti (2008), o termo quilombo ganhou visibilidade e referência em trabalhos acadêmicos de outras áreas do conhecimento.

Levando a discussão para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, o repositório disponibiliza as dissertações de Azevedo (2011) e Pereira (2011). Cabe ressaltar que o doutorado em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) disponibiliza as teses de Almeida (2012) e Grijó (2014) sobre a temática quilombola.

Nesta pesquisa é interessante destacar os estudos do Projeto ProEtno, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), orientado pelo professor Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, que trata da representação do conhecimento registrado sobre povos e comunidades tradicionais brasileiras⁵. E o trabalho de Ferreira (2016), também da UNIRIO, que tem objetivo de analisar as políticas culturais voltadas para a promoção da cultura de remanescentes de quilombos no âmbito das bibliotecas públicas no Brasil.

⁵ São considerados povos e comunidades tradicionais no Brasil: ciganos, povos de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, quilombolas, entre outros. Povos e comunidades com um histórico de exclusão e direitos negados, como, por exemplo, as comunidades quilombolas.

Após o levantamento e apresentação destes dados, acreditamos ser pertinente discutir, no campo da Biblioteconomia, a representação e a organização do conhecimento em ambiente *Web* dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, principalmente as comunidades quilombolas.

Atualmente, a internet vem se destacando como uma das principais fontes de informação. Essa disponibilização de informações e serviços na Internet vem crescendo muito nos últimos anos. Para que a informação disponibilizada seja acessível é necessário que esteja organizada de maneira a facilitar a busca pela informação desejada. (AQUINO; CARLAN; BRASCHER, 2009, p. 197).

Este estudo surge devido à forma que a informação é organizada e disponibilizada no *site* Atlas do Observatório Quilombola desenvolvido por Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço em 2014, e a necessidade de estruturar uma taxonomia facetada navegacional pensando em como o usuário irá encontrar a informação que deseja no Atlas.

A navegação por meio de taxonomia facetada permite a exploração e a recuperação do recurso informacional (Tunkelang, 2009), além da exploração do conjunto de informações disponíveis em cada categoria refletindo o que está realmente disponível no banco de dados.

Nas próximas páginas, apresentaremos iniciativas da sociedade civil de disseminar informações sobre comunidades quilombolas no Brasil.

2.2 EGBÉS VIRTUAIS: INFORMAÇÕES SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM AMBIENTE *WEB*

Com objetivo de disponibilizar acesso aos recursos informacionais, o governo (Federal, Estadual e Municipal), instituições do terceiro setor e grupos da sociedade civil têm investido na construção de *sites*⁶, portais⁷ e *blogs*⁸ sobre comunidades quilombolas no Brasil. Nesta parte do trabalho, apresentamos algumas iniciativas em ambiente *Web*.

⁶ “Como espaço básico da informação, o *Website* tem como principal objetivo organizá-la, estruturando uma hierarquia para que todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade.” RODRIGUES, B. *Site ou portal? As diferenças entre site, portal, hotsite e minisite*. Disponível em: <<https://Webinsider.com.br/2005/04/18/site-ou-portal/>>. Acesso em: 28 set. 2016.

⁷ “[...] portal tem 100% do foco nos seus públicos, e cria conteúdos específicos para eles, os chamados “conteúdos verticais”. Além disso, um portal possui ferramentas que constroem um real relacionamento entre quem produz e que consome a informação...” RODRIGUES, B. *Site ou portal? As diferenças entre site, portal, hotsite e minisite*. Disponível em: <<https://Webinsider.com.br/2005/04/18/site-ou-portal/>>. Acesso em: 28 set. 2016.

⁸ “Trata-se de uma página na *Web* criada com um software de acesso livre, na qual o blogger ou blogueiro registra textos e/ou imagens sobre assuntos diversos do seu interesse.” ARAÚJO, R. L.; ARAÚJO, R. F. Ler, compartilhar e interagir: blogs como ferramentas de mediação de leitura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 2, p. 240-260, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17784>>. Acesso em: 28 Set. 2016.

Informações sobre comunidades quilombolas disponibilizadas pelo Governo em ambiente *Web*:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): tem como missão executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, como, por exemplo, as comunidades quilombolas. Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o INCRA é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. O *site* apresenta informações e perguntas frequentes sobre as comunidades quilombolas, etapas sobre a regularização do território quilombola, lista de processos abertos no INCRA e de acompanhamento de regularização quilombola. Disponibiliza informações de aproximadamente 2000 comunidades quilombolas⁹. Informações disponibilizadas pelo INCRA: nome da comunidade, município, estado, números de processos, famílias e o tamanho do território quilombola.

Fundação Cultural Palmares (FCP): entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) que tem como objetivo promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira. A FCP emitiu mais de 2.476 certidões para comunidades quilombolas. O *site* disponibiliza: informações sobre comunidades certificadas, processos abertos, titulação territorial e licenciamento ambiental¹⁰ de comunidades quilombolas. Apresenta informações de mais 2.600 comunidades¹¹.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir): secretaria vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania cuja finalidade é formular, coordenar e articular políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil. Em relação às comunidades, o *site* disponibiliza informações sobre iniciativas governamentais, como: Brasil Quilombola¹², Selo Quilombola¹³ e Quilombos das Américas¹⁴.

⁹ Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹⁰ Medidas de controle e mitigação de impactos socioambientais decorrentes de atividades e empreendimentos. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹¹ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹² O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituído a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades quilombolas. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹³ Estratégia criada pela SEPPIR para identificar os produtos oriundos de Comunidades Quilombolas, como verduras, legumes, polpas de frutas, laticínios e artesanato, promove maior valorização étnico cultural, além de possibilitar novos espaços de comercialização. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 23 set. 2016.

¹⁴ Articulação de Comunidades Afrrurais tem como objetivo geral a promoção da soberania alimentar e a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais de comunidades afrrurais nas Américas,

Banco de dados de recursos minerais e territoriais (CETEM): apresenta estudos de caso que abordam impactos negativos gerados pela atividade mineral sobre o meio ambiente, populações e territórios. O banco de dados mantém atualmente dois casos que envolvem comunidades quilombolas, como o verbete do “Superporto Sudeste: mais um grande empreendimento a afetar o município de Itaguaí (RJ)” e o verbete “Exploração de cromita em Andorinha (BA) causa problemas socioambientais”.

Informações sobre comunidades quilombolas disponibilizadas pela sociedade civil em ambiente *Web*:

Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi): laboratório de pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponibiliza 215 registros do projeto Jongos, Calangos e Folias. E projetos de pesquisa em relação à Memória, África e Escravidão. O *site* apresenta artigos, vídeos, fotografias e referência de livros.

Quilombo Mesquita: página dedicada à comunidade Mesquita, localizada no estado de Goiás. O *site* oferece artigos, fotografias, vídeos e uma biblioteca virtual com monografias, dissertações, teses, Relatório Técnico de Delimitação e Demarcação e Laudo Antropológico.

Quilombos do Ribeira: O *site* possibilita acessar textos sobre a história das comunidades quilombolas do Vale da Ribeira. O Vale do Ribeira está localizado no sul do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, abrangendo a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá.

Informações sobre comunidades quilombolas disponibilizadas por instituições do terceiro setor em ambiente *Web*:

Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP): fundada em 1978 com a finalidade de defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época. Atua com índios e quilombolas brasileiros na garantia de direitos territoriais, culturais e políticos. O *site* disponibiliza: *e-books*, relatórios, notícias, fotografias, mapas e vídeos sobre as comunidades quilombolas do município de Oriximiná. Em relação às

buscando fomentar a construção de rede de cooperação interinstitucional. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 23 set. 2016.

demais comunidades quilombolas de outros estados brasileiros, oferece um banco de dados para busca de processo aberto e titulação pelo INCRA. Disponibiliza legislação estadual, federal, internacional e jurisprudência sobre o processo de regularização do território quilombola.

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes): Organização não governamental e de caráter científico cultural e comunitário, com ação no estado de Minas Gerais. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais. O *site* institucional disponibiliza notícias, banco de imagens e biblioteca *online*.

MG Quilombos: se intitula como repositório de estudo, pesquisa, preservação e divulgação de documentos, fatos, locais e eventos relativos à participação negra na construção do estado de Minas Gerais. O *site* disponibiliza artigos, notícias e mapa do quilombo Campo Grande.

Racismo Ambiental: *blog* destinado à discussão sobre racismo ambiental. Disponibiliza artigos sobre o temático racismo ambiental e comunidades quilombolas.

Instituto Socioambiental (ISA): organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, que propõe soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O *site* institucional disponibiliza notícias, artigos, banco de imagens e publicações de comunidades quilombolas do estado de São Paulo.

2.3 KOINONIA - PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço é uma organização ecumênica fundada em 1994, por antigos membros do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). A missão de Koinonia é “mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulnerabilizados e em processo de emancipação social e política.” (KOINONIA, 2015, p. 1).

Em 1994, Koinonia estabeleceu cinco programas para auxiliar as unidades de trabalho: Egbé Territórios Negros (TN); Trabalhadores Rurais e Direitos (TRD); Saúde e Direitos (SD); Ecumenismo, Diálogo e Formação (EDF); Redes Ecumênicas e da Sociedade Civil (RESC). A partir de 2016, a instituição estabelece o novo plano estratégico para o

período entre 2016 e 2021, configurando novas unidades de trabalho, suprimindo os programas TN, SD, EDF, RESC e estabelecendo três eixos temáticos:

1. Direitos das Comunidades Negras Tradicionais (comunidades quilombolas e terreiros de candomblé);

Este eixo temático tem como objetivo criar e implementar, junto com as comunidades, estratégias em varias frentes visando superar tanto o racismo quanto a intolerância religiosa. [...] desenvolve projetos e atividades de fortalecimento político dos terreiros de candomblé e comunidades negras rurais, consistindo em formações a respeito de políticas e leis que lhes concernem; estímulo de intercâmbios de conhecimentos e experiências; produção conjunta de informação e análises; ações de inclusão produtiva; e promoção dos direitos das juventudes. (KOINONIA, 2015, p. 1).

2. Direitos das mulheres e população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais).

Eixo temático que promove e fortalece direitos das mulheres e da população LGBTT (lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) suscitando e aprofundando, também entre religiosos, o debate sobre os temas da não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, assim como o da questão da violência contra a mulher. (KOINONIA, 2015, p. 1).

Através de sua origem e inserção no movimento ecumênico, Koinonia também trabalha, transversalmente, o eixo temático Ecumenismo, Combate a Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero, em todos os eixos (1 e 2). A inserção da instituição em contexto geográfico brasileiro localiza-se nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, tratando-se dos eixos temáticos (1 e 2). No que tange as temáticas de transversalidade, a inserção é a nível nacional e internacional.

Com relação à sustentabilidade administrativa, a instituição obtêm recurso financeiro de Brot für die welt¹⁵, Church World Service¹⁶ e Norwegian Church Aid¹⁷.

Por ter um caráter de associação, o quadro institucional é constituído do Presidente Paulo Ayres de Matos, o Diretor Executivo Rafael Soares de Oliveira, 46 sócios e 11 funcionários responsáveis por administrar e coordenar serviços e atividades. Entre os

¹⁵ Pão para o Mundo é o Serviço Protestante para o Desenvolvimento: organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha que atua em escala planetária, empenhando-se, juntamente com o Serviço de Diaconia, em prol da justiça.

¹⁶ A Church World Service (CWS) trabalha com respostas a emergências internacionais e desenvolvimento, em parceria com outras organizações e grupos locais. A entidade atua em campos como o do combate à fome; luta pelos direitos das crianças, refugiados e migrantes; e desenvolve ações de promoção da justiça climática. A CWS participou da fundação de uma parceria global de agências humanitárias baseadas na fé, a ACT Aliança, com membros em cerca de 140 países.

¹⁷ A Norwegian Church Aid fornece assistência de emergência em desastres e trabalho para o desenvolvimento de longo prazo entre diferentes comunidades. A organização atua também em incidência política para o enfrentamento da pobreza junto a autoridades, empresas e líderes religiosos. Norwegian Church Aid é uma organização diaconal ecumênico pela justiça global e membro da ACT Alliance, uma das maiores alianças humanitárias do mundo.

funcionários, Koinonia mantém em seu quadro administrativo uma bibliotecária, autora deste trabalho, responsável pela organização do Centro de Documentação.

Figura 2 – Organograma de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço



Fonte: Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço

A partir dois eixos temáticos, a instituição produz livros, cartilhas, boletins, revistas, vídeos e, em ambiente *web*, o *site* institucional¹⁸, o *site* Protestante: Ditadura e Democracia¹⁹ e o dossiê virtual Intolerância Religiosa²⁰. Em relação às comunidades quilombolas, objeto empírico deste trabalho, a instituição apresenta o *site* Observatório Quilombola e Atlas Observatório Quilombola, detalhado nas próximas páginas.

2.4 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE KOINONIA SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM AMBIENTE WEB

Em 1994, Koinonia criou o Programa Egbé Territórios Negros como resposta às desigualdades que atingem a população negra brasileira. Segundo o diretor executivo da instituição, Rafael Soares de Oliveira, o foco do programa era os terreiros de candomblé de

¹⁸Site institucional de Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço. Disponível em: < www.Koinonia.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2017.

¹⁹ Projeto desenvolvido em 2015 com iniciativa financeira do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, vinculado ao projeto Ministério da Justiça.

²⁰ Blog criado em 2010. Dossiê Intolerância Religiosa. Disponível em: < <http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Salvador (BA) e os objetivos eram “assistir e assessorar essas comunidades nas ações de regularização fundiária, recuperação etnobotânica e diálogo inter-religioso.” (OLIVEIRA, 2008. p. 1).

Com o crescimento da temática sobre as comunidades quilombolas, Koinonia reflete sobre as semelhanças que poderiam ligar a experiência territorial das comunidades quilombolas aos terreiros de candomblé. Assim, Koinonia amplia as comunidades quilombolas no programa institucional em 1999, justificando que “[...] percebeu-se a garantia da propriedade da terra como fator fundamental para a sobrevivência, reprodução e para a melhoria da qualidade de vida tanto das comunidades remanescentes de quilombos quanto dos terreiros de candomblé.” (OLIVEIRA, 2008, p.1).

Através do programa Egbé Territórios Negros, Koinonia idealizou vários produtos sobre as comunidades quilombolas e povos de terreiros de candomblé, mas neste trabalho evidenciaremos trabalhos de comunicação e documentação viabilizados em ambiente *web*:

Boletim Fala Egbé²¹: Criado em 2003, o boletim impresso e virtual Fala Egbé tem como objetivo de comunicar as atividades e estimular redes de solidariedade junto à sociedade civil com relação aos direitos dos povos de terreiros de candomblé de Salvador (BA).

Territórios Negros: O Boletim Territórios Negros é produzido desde 2001; é o meio de comunicação pelo qual Koinonia busca levar informações de diversas partes do Brasil sobre as comunidades quilombolas. Desde início o boletim é disponibilizado na forma virtual e impresso.

Observatório Quilombola: O Observatório Quilombola (OQ) foi criado em 2005, como espaço interativo, interdisciplinar, dedicado à coleta, organização e análise de informações relativas às comunidades negras rurais e quilombolas, em seus contextos locais e regionais, assim como às políticas pertinentes. O *site* surgiu como forma de ampliar e consolidar a rede de informação iniciada pelo informativo impresso Territórios Negros (TN). O OQ disponibiliza informações sobre a instituição mantenedora, sobre o *site* OQ e o conceito de quilombo. O *site* também disponibiliza: Notícias; Artigos; Revista Acadêmica OQ; Dossiês Temáticos²²; Vídeos. Ensaio fotográficos; Biblioteca.

²¹ *Egbé* vem do Iorubá: sociedade e o lugar onde ela se reproduz. Nesse sentido, o programa trabalha com as comunidades negras tradicionalmente estabelecidas no que se convencionou chamar de *Territórios Negros* (Oliveira, 2008, p. 1).

²² Dossiê imprensa anti-quilombola, com notícias da grande imprensa contra as comunidades quilombolas; Dossiê Marambaia livre, produzidos por instituições do terceiro setor com objetivo de apoiar a luta da

O OQ também apresenta para o usuário um campo para busca, lista com endereços eletrônicos de instituições que também trabalham com comunidades quilombolas, formulário para contato e para receber *newsletter* com as últimas atualizações do *site*.

Em 2014, Koinonia cria o *site* Atlas Observatório Quilombola, objeto de estudo deste trabalho, que iremos apresentar no próximo item.

2.5 ATLAS OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA

O Atlas Observatório Quilombola²³ é um *site* vinculado ao OQ que tem como objetivo disponibilizar verbetes com as principais características das comunidades quilombolas brasileiras. O *site* foi idealizado para ser a primeira fonte de pesquisa para o usuário que deseja saber sobre comunidades quilombolas no Brasil.

O Atlas é uma iniciativa de Koinonia desenvolvida no projeto *Apoio ao Fortalecimento Político e Protagonismo das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro*, promovido pela instituição em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) e o apoio financeiro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2014.

Criado e organizado pela historiadora Ana Martins Gualberto e pela bibliotecária Andréa Oliveira, ambas colaboradoras de Koinonia, o Atlas conta com uma equipe multidisciplinar que envolve jornalistas, pedagoga e uma empresa de tecnologia da informação. A partir deste momento, segue uma narrativa das etapas desenvolvidas no Atlas durante o projeto.

Como a região geográfica do projeto era delimitada ao estado do Rio de Janeiro, os primeiros verbetes foram sobre as comunidades quilombolas deste estado. Os verbetes foram redigidos durante o desenvolvimento do projeto em parceria com as seguintes comunidades quilombolas: Baía Formosa, Botafogo, Caveira Botafogo, Maria Joaquina, Maria Romana, Preto Forro, Rasa, Sobara, Boa Esperança, Feital, Maria Conga, Tapera, Aleluia, Barrinha, Batatal, Cambucá, Conceição do Imbé, Cruzeirinho, Deserto Feliz, Fazenda São Benedito, Lagoa Feia, Machadinha, Alto da Serra, Cabral, Campinho da Independência, Ilha da Marambaia e Santa Rita do Bracuí.

comunidade quilombola da Ilha da Marambaia (RJ) e Dossiê Marambaia, apresenta documentos sobre a comunidade.

²³ Site disponível em: <http://Koinonia.org.br/atlasquilombola/>.

A prioridade durante o projeto era redigir verbetes das 35 comunidades do estado do Rio de Janeiro. Mas foram elaborados 27 verbetes. Ao final do projeto e sem recurso humano, Koinonia ampliou o trabalho com a participação de voluntários sendo supervisionadas pela bibliotecária da instituição e foram inseridas informações básicas disponibilizadas no *site* da Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Informações como nome, município e estágio do processo das demais comunidades quilombolas brasileiras. A participação de trabalho voluntário ainda é incentivada pelas redes sociais devido à situação financeira da instituição. Atualmente, o Atlas dispõe de 2.691 verbetes. Sendo que 198 verbetes completos e 2.498 com informações básicas do Incra e da FCP sobre as comunidades quilombolas.

Quanto à estrutura, o *site* dispõe de um mapa do Brasil e ao clicar no estado exibe uma lista com as informações básicas sobre as comunidades cadastradas para visualizar o roteiro completo.

Figura 3 – Página inicial do Atlas Observatório Quilombola



Fonte: Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço

Figura 4 - Página de comunidades quilombolas por estado



Fonte: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço

O Atlas exhibe apresentação do conteúdo, links para expediente, assunto, estatística e contato. Caso o usuário tenha conhecimento sobre o tema quilombola, o Atlas disponibiliza o campo busca por nome das comunidades.

Os campos do verbete foram delineados baseados nas categorias descritas nos Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades quilombolas. Todos os verbetes informam o nome da comunidade, história, município/localização, número de famílias, percentual de jovens e idosos, condições econômicas e sociais, estágio do processo de regularização, fotografias, vídeos, relatórios, laudos e o nome do autor do verbete. Para ilustrar como essas informações estão disponibilizadas no Atlas, apresentamos a seguir o verbete da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, redigido pela historiadora Daniela Yabeta²⁴:

²⁴ A historiadora Daniela Yabeta contribui para narrar à história da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia através da sua dissertação e tese.

Figura 5 – Verbetes da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia

História: No século XIX, com a proibição ao tráfico de africanos para o Brasil em 1831, a Marambaia passou a ser utilizado como porto clandestino de desembarque de escravos e tornou-se internacionalmente conhecida por essa prática. Em 17 de abril de 1847 a ilha (incluindo fazendas e escravos) foi vendida por José Guedes Pinto e seu irmão ao comendador Joaquim José de Souza Breves. Em 1850, mesmo após a segunda proibição ao tráfico de escravos, o comendador continuou investindo no comércio de africanos. Entre dezembro de 1850 e fevereiro de 1851, mais de 900 africanos foram apreendidos na Marambaia suspeita de serem desembarcados ilegalmente. Com a abolição da escravidão em 1888, de acordo com a memória dos ilhéus, o comendador teria doado cada uma das praias para os recém-libertos que continuaram vivendo por lá, mas essa doação nunca foi concretizada oficialmente. Joaquim Breves morreu em 1889. A viúva do comendador Maria Isabel de Moraes Breves, não manteve o compromisso do marido e vendeu a Marambaia à Companhia Promotora de Indústria e Melhoramentos em 1891. Em 1896, a referida companhia, em liquidação forçada, transferiu a propriedade para o Banco da República do Brasil. Diante de aguda crise financeira, a instituição bancária fez um acordo com a União Federal de repasse de bens. Entre as propriedades estava a Ilha da Marambaia, adquirida em 1905. Em 1908, a Marinha do Brasil instalou ali a Escola de Aprendiz de Marinheiros do Estado do Rio de Janeiro, que funcionou até 1910, sendo depois transferida para o município de Campos dos Goytacazes. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi construída na ilha a Escola de Pesca Darcy Vargas, administrada pela Fundação Abrigo do Cristo Redentor e inaugurada em 1939. A escola funcionou até 1970, quando a Marambaia passou a ser administrada pela Marinha e instalou no local o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (Cadim). Na década de 1990, a União Federal ajuizou uma série de ações de reintegração de posse acusando os ilhéus de serem "invasores do território" e algumas famílias de fato foram expulsas. Em 2004, a comunidade, já autodeclarada remanescente de quilombo, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares. Em 2006, o processo administrativo no Instituto de Colonização e Reforma Agrária foi finalizado com a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em 14 de agosto. No dia seguinte, por ordem da Casa Civil, o relatório foi "despublicado" também no Diário Oficial. Atualmente a comunidade entra-se em fase de negociação com a Marinha. Os ilhéus da Marambaia continuam tentando "colocar no papel" o que o comendador Breves teria "doado de boca", o território onde vivem há várias gerações.

Origem do nome: A palavra "Marambaia" é de origem tupi-guarani e significa "cerco de mar". O local foi batizado com esse nome pelo índios, primeiros habitantes da região.

Processo:

- Titulada
- Certificada

Período aproximado de formação: A história de constituição da comunidade da Ilha da Marambaia remonta ao século XIX.

Município / Localização: Mangaratiba

Número de famílias: 180 famílias

Percentual de jovens e idosos: Não possuem essa informação. A Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia pretende realizar um censo no ano de 2014.

Estágio no processo e regularização territorial: Foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 2004. Em 2006 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) finalizou o processo administrativo de titulação do território e publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação em 14 de agosto no Diário Oficial estadual e federal. No dia seguinte, a Casa Civil, que na época tinha como ministra Dilma Rousseff, solicitou ao presidente do Incra Nacional que suspendesse a publicação. Ele então, entrou em contato com a Superintendência do Incra no Rio de Janeiro e em 15 de agosto, o relatório foi "despublicado". O Quilombo da Marambaia só recebeu o título de posse no dia 08 de outubro de 2015.

Condições sociais: A comunidade é atendida pela Escola Municipal Levy Miranda. Os quilombolas cursam todo o ensino fundamental dentro da ilha, mas para o ensino médio precisam deixar a localidade. Para deixarem a localidade eles dependem do transporte oferecido pela Marinha, que disponibiliza apenas dois horários durante o dia: 6h e 18h. O governo federal, através da Fundação Cultural Palmares envia cestas básicas através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os quilombolas são atendidos pelo programa Estratégia Saúde Família (ESF) do Ministério da Saúde. A comunidade acessa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma parceria da Conab com a União das Associações e Cooperativas de pequenos produtores rurais do estado do Rio de Janeiro (Unacopp). Para chegar até a ilha é necessário autorização prévia concedida pelo Centro de Análise da Ilha da Marambaia (Cadim) do Corpo de Fuzileiros Navais. A Marinha administra a região desde a década de 1970.

Condições econômicas: A comunidade é composta basicamente por pescadores e marisqueiros. Alguns quilombolas são funcionários civis da Marinha, outros precisam deixar a ilha para trabalharem no continente, seja em Mangaratiba ou em outros municípios vizinhos.

Fonte: Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço

Durante o projeto a prioridade da equipe era disponibilizar os verbetes e a forma como o usuário recuperaria as informações cadastradas no Atlas, mas essas ações foram postergadas para outro momento. Devido a esta demanda, a proposta desta pesquisa é criar uma taxonomia facetada para navegação, como opção de busca no *site* Atlas Observatório Quilombola, priorizando as necessidades dos usuários, com vistas a promover maior visibilidade do conhecimento acumulado das comunidades quilombolas brasileiras. Levando-se em consideração o objetivo geral e os objetivos específicos delimitados nesta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Em um trabalho científico, a revisão da literatura é extremamente importante para auxiliar o trabalho e/ou a pesquisa que desejamos realizar. Nesta parte do trabalho apresentaremos o referencial teórico que foi utilizado no desenvolvimento da pesquisa. Segundo Silva e Menezes (2005): “A revisão de literatura é fundamental, porque fornecerá elementos para você evitar a duplicação de pesquisas sobre o mesmo enfoque do tema”.

Para esta fundamentação, mencionamos neste trabalho propor uma taxonomia facetada navegacional ao *site* Atlas Observatório Quilombola, mas antes de entrarmos neste tema, precisamos rever e dialogar com alguns conhecimentos relacionados até chegar à área que pretendemos trabalhar. Para esta fundamentação, iniciamos uma breve visão sobre o conceito das comunidades quilombolas no Brasil. No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, dialogamos com os trabalhos de Ranganathan (1967) e Campos (2001) sobre Teoria da Classificação Facetada. E por fim, trabalhamos com a contribuição de Maculan (2014) sobre taxonomia faceta navegacional.

3.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

O conceito quilombo foi formalmente definido historicamente como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002, p. 47). Mas quando se fala em resistência contra a escravidão, é provável logo pensar em Palmares, a maior referência histórica, organizada praticamente como um pequeno reino negro, composto de diversas aldeias, milhares de habitantes, produção agrícola e artesanal, comércio com a sociedade branca, e um corpo organizado de guerreiros, que lhe permitiu lutar e existir por mais de 100 anos (PERALTA, 2013, p.12).

Assim como os quilombos não foram a única forma de resistência negra à escravidão, Palmares também não foi o único modelo de organização assumido pelos quilombos. Segundo Gomes:

[...] havia aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local, existia o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos em relação a seus senhores e havia pequenos grupos fugitivos que se dedicavam a razias e assaltos às fazendas e povoados próximos. Essas formas de aquilombamentos possuíam vários significados tanto para os quilombolas e para aqueles que permaneciam cativos como para senhores e autoridades. Os quilombos mais duradouros, a despeito das constantes expedições reescravizadoras, conseguiam se reproduzir ao longo do tempo manter

uma economia estável. Cultivavam para sua subsistência e também produziam excedentes, negociando e mantendo trocas mercantis. (GOMES, 2005, p. 34).

Em busca de definir o termo quilombo, antropólogos, por meio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), tiveram papel decisivo de ressignificar o termo na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações:

[...] o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. (O'DWER, 2002, p. 18).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou mecanismos que contribuiu para fundamentar o conceito de comunidade quilombola no contexto atual, através dos Decretos nº. 4.887²⁵ e nº. 6.040²⁶.

O Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, tem objetivo de regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. O decreto considera comunidades quilombolas como: “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Já o Decreto nº. 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), define povos e comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimento, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

As comunidades quilombolas que hoje lutam para permanecer em seus territórios não são apenas aquelas surgidas de grupos de escravos fugidos. Elas apresentam diversas origens e formas de organização. Segundo Peralta (2013, p.12), tornam-se fundamentais outras características no lugar de fuga, tais como:

²⁵ BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, Brasília, 2003.

²⁶ BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, Brasília, 2007.

- Cultivar uma forte relação seja pelos estreitos e múltiplos laços de parentesco ou por uma relação de vizinhança e cooperação antiga e efetiva;
- A terra não serve apenas como suporte para produção ou moradia, mas também são considerados aspectos sociais, simbólicos e ecológicos;
- Estarem associadas à memória ou aos processos históricos de reorganização da população ex-escrava. Nesse caso, por meio da história que começa a ser contada a partir da memória dessas comunidades;
- Territórios comprados por negros libertos;
- Terras ocupadas pacificamente por ex-escravos depois de serem abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica;
- Terras doadas formalmente através de testamentos para escravos;
- Terras doadas para santos sendo ocupadas e administradas por ex-escravos;
- Terras ganhas por negros em troca da prestação de serviços, que podiam ser produtivos, militares ou religiosos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Brasil existem aproximadamente 3.500 comunidades quilombolas. Já a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conarq) afirma que são mais de 5.000. Porém, 2.958²⁷ comunidades são reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares (FCP), 1.536²⁸ comunidades estão com processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 207²⁹ comunidades quilombolas são tituladas no Brasil pelo INCRA.

Com o atual governo do presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, as comunidades quilombolas estão com os processos de titulação suspensos devido à redução do orçamento³⁰ do INCRA.

²⁷ Informações atualizadas até 01/06/2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 01 jun. 2017.

²⁸ Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

²⁹ Dados da Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 01 jun. 2017.

³⁰ Direitos ameaçados: orçamento do Incra inviabiliza titulação de terras quilombolas. Disponível em: <<http://comissaoindio.blogspot.com.br/2017/06/direitos-ameacados-orcamento-do-incra.html>>. Acesso em: 12 jun.2017.

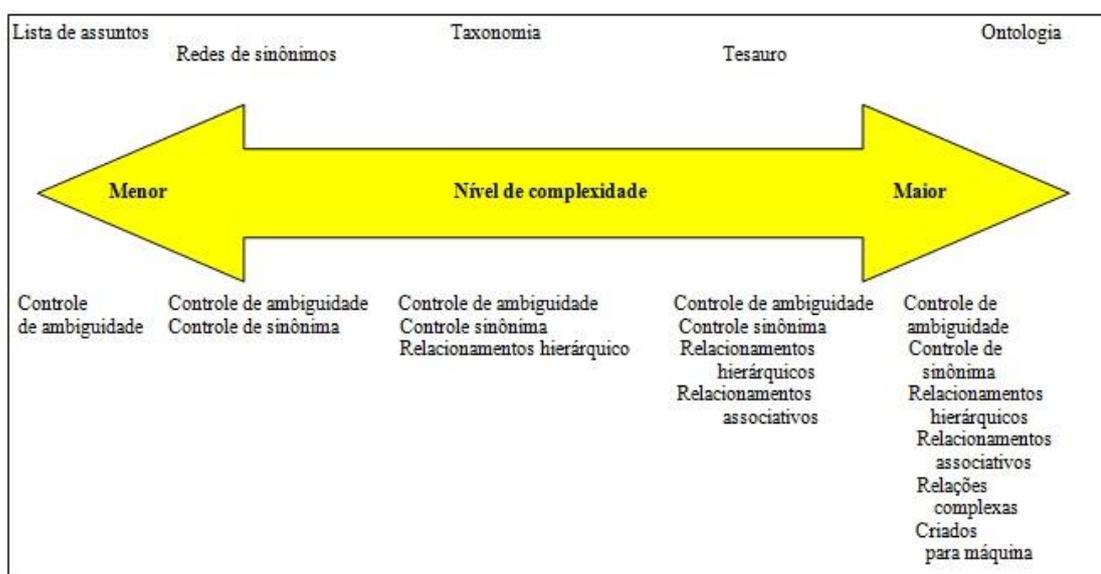
3.2 TAXONOMIA NO CAMPO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O termo taxonomia deriva do grego: taxis = ordem (ordenação) e onoma = nome (lei, norma, regra). Na Biologia, ele se refere à classificação lógica e científica dos seres vivos, fruto do trabalho do médico e botânico sueco Carolus Linnaeus (CURRÁS, 2010). Para Campos e Gomes (2008), a taxonomia surgiu como Ciência das leis da classificação de formas vivas e sua relação no ambiente dos sistemas de classificação, das ontologias e da inteligência artificial.

Na norma ANSI/NISO Z39.19 (2005, p. 136), as taxonomias, geralmente, “são criadas e utilizadas em atividades de indexação e para navegação na *Web*, porque sua estrutura, geralmente simples e hierárquicas, é eficiente em orientar o usuário, levando-o aos termos mais específicos em certo domínio”. Maculan (2014, p. 24) afirma: “taxonomia é um conjunto de termos estruturados de forma hierárquica, que são utilizados para representar o domínio no qual a taxonomia é aplicada”.

Existem vários vocabulários controlados com diferentes dificuldades, segundo a ANSI/NISO Z39.19 (2005). O vocabulário controlado por tipo taxonomia, em relação à sua complexidade, pode ser considerado de nível médio já que está entre uma lista de assuntos e uma ontologia, que podem ser observados na FIG. 5.

Figura 6 – Grau de complexidade em diferentes vocabulários controlados



Fonte: ANSI/NISO Z39.19 (2005, p. 17).

A taxonomia tem como papel possibilitar que os usuários percebam as estruturas de conceitos. Campos e Gomes (2008) citam o seguinte exemplo: “um usuário que não seja

conhecedor da cultura popular brasileira, por exemplo, usando a hierarquia apresentada na respectiva taxonomia, pode aprender os tipos de folguedos existentes em determinada região do Brasil”. Nesta pesquisa, podemos exemplificar com as comunidades quilombolas brasileiras.

Em relação às características da taxonomia, Campos e Gomes (2007) apontam: Lista estruturada de conceitos de um domínio; Termos organizados hierarquicamente; Possibilita a organização e recuperação de informação através de navegação; Permite agregação de dados e evidencia um modelo conceitual do domínio; Instrumento de organização intelectual, pois atua como mapa conceitual dos tópicos explorados em um sistema de recuperação de informação (SRI); Mecanismo de consulta em portais institucionais, através de navegação. (2007, p. 3).

Em ambiente virtual a taxonomia é relacionada com formas automatizadas de criação da informação, sendo desenvolvida também em estudos nas áreas de Ciência da Computação, estruturando informações, e na área da Ciência da Informação, como ferramenta de representação da informação. “Além de enfatizar o aspecto navegacional, os estudiosos desta área vem evidenciando seu aspecto de ferramenta classificatória de um dado domínio”. (NOVO; CAMPOS, 2007, p. 2).

No campo da Biblioteconomia as autoras Vignoli, Souto e Cervantes (2013) destacam que as taxonomias “compreenderiam a organização sistemática dos conceitos gerais para o específico, de forma a facilitar e estruturar a classificação da informação e do conhecimento em seu tratamento pelo bibliotecário e, conseqüentemente, para a recuperação da informação para o usuário da *Web*.” (2013, p. 67).

A taxonomia pode ser considerada um tipo de sistema de classificação. Entretanto, em bibliotecas tradicionais os sistemas de classificação são usados para sumarizar os principais assuntos de documentos (livros, artigos) em símbolos abreviados, para que se torne possível localizá-los fisicamente. As taxonomias geralmente não costumam acomodar códigos, mas podem facilmente agregar metadados. (SANTOS; LIMA; PENIDO, 2011, p. 242).

Novo e Campos (2007, p. 2) reafirmam o conceito de taxonomia no campo da Biblioteconomia. “Nas atividades biblioteconômicas de tratamento e recuperação da informação, o conceito de taxonomia já estava implícito, através de instrumentos representacionais, como as tabelas de classificação e tesouros”.

Segundo Campos e Gomes (2007), através de seus estudos no grupo de pesquisa Ontologias e Taxonomias, princípios teóricos e metodológicos apresentaram, quanto a sua estrutura classificatória, três tipos de taxonomias:

Taxonomia canônica: uma classificação binária (dicotômica), de unidades sistemáticas (família, gênero, espécie) e não permite a agregação de novos assuntos depois de construído a taxonomia;

Taxonomia de domínio: policotômica, voltada para a representação de um domínio do conhecimento e várias divisões são possíveis. Seu recorte é feito em categorias, sendo possíveis vários níveis de subdivisão;

Taxonomia de processo e tarefas gerenciais: policotômica, composta de conceitos que representam processo ou tarefas.

Em relação à sua forma de organização, é possível encontrar outras taxonomias na literatura. Lambe (2007) apresenta alguns tipos de estruturas, sendo: listas, árvores, hierarquias, poli-hierarquias, matrizes, sistemas de mapas e facetas. Terra (*online*) também destaca as árvores espaciais ou hiperbólicas como novas taxonomias que estão ganhando espaço.

A partir dessa tipologia, será utilizada a taxonomia facetada que, segundo Lambe (2007), consiste na classificação expressa do conteúdo de um documento sob diferentes dimensões, ou seja, em facetas.

3.3 TAXONOMIA FACETADA

Segundo Maculan (2014), taxonomia facetada é uma taxonomia que foi estruturada em facetas, permitindo que o usuário filtre os resultados recuperados.

Taxonomia facetada é o mesmo que dizer que uma taxonomia foi estruturada em facetas, dimensões, aspectos ou atributos. É um conjunto de características que podem descrever um mesmo objeto, seja ele produto (departamento, preço, cor, tamanho, entre outros), uma imagem (local, artista, ano, textura, entre outros) ou documento (tipologia, autor, ano de publicação, título, entre outros). Essas características permitem ao usuário filtrar os resultados recuperados a partir dos critérios selecionados por ele e que são combinados entre si. (MACULAN, 2014, p. 71).

No campo da Ciência da Informação, Maculan (2014, p. 85) afirma que:

Uma taxonomia facetada é uma cadeia de relações, na qual cada item de uma faceta, sob determinada categoria, está conectada a outros itens das facetas de diferentes categorias, com interligações sob diferentes tipos de relações. Dessa forma, a noção de ordem hierárquica é perdida, porque não há mais com indicar que uma faceta é mais importante ou mais complexa hierarquicamente, surgindo assim, o sentido de cadeia de relações multidimensional e multidirecional.

A taxonomia facetada usa o Colon Classification e o método analítico-sintético de Ranganathan (1933). A adoção do método analítico-sintético “[...] permite a separação entre

os momentos da elaboração de esquemas de classificação, da análise do documento e do uso do esquema". (CAMPOS, 2001, p. 48).

Os sistemas de classificação facetada são baseados nas ideias da Teoria da Classificação Facetada, desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), matemático bibliotecário indiano. Essa classificação é um esquema analítico-sintético, porque envolve dois processos distintos: a análise do assunto em facetas e a síntese dos elementos que constituem o mesmo, decompondo os conceitos mais complexos em simples. A síntese, em seu turno, é a recombinação das partes para a classificação, de acordo com as características do documento a ser descrito e representado (LAMBE, 2007).

Ranganathan, idealizador da classificação facetada, evidenciou a necessidade de elaboração de esquemas de classificação que pudessem acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento, classificando o mesmo em grandes classes e conceitos básicos, ou elementos, de acordo com certas características (AQUINO; CARLAN; BRASCHER, 2009. p. 198).

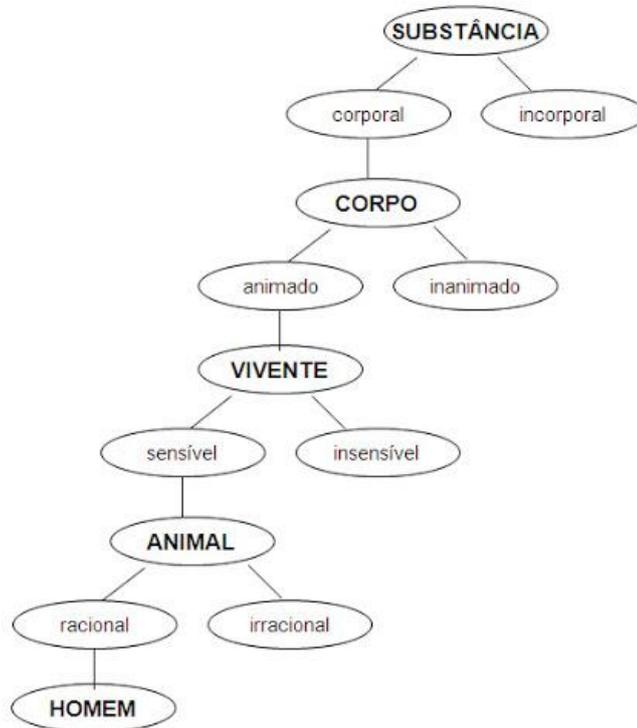
Os conceitos, na classificação facetada, são estruturados de forma sistêmica partindo de um princípio policotômico, ou seja, o domínio é organizado em várias categorias conceituais. Um elemento é associado a tantas classes e subclasses quantas necessárias, dentro de um domínio (CAMPOS; GOMES, 2003).

A taxonomia com princípio classificatório policotômico, independente da área de conhecimento ser disciplinar ou multidisciplinar, possibilita uma organização que representa classes de conceitos com um princípio de divisão (coisas e seus tipos, processos e seus tipos...), não priorizando nenhum dos aspectos, sendo os níveis subsequentes uma simples especificação do primeiro (CAMPOS; GOMES, 2003).

Ao estudar a *Árvore de Porfírio*, na necessidade de explicar a Policotomia Ilimitada, Ranganathan buscou esclarecimentos na *Árvore Baniana (Banyan Tree)*³¹. Na sua origem, a classificação facetada surge como um meio para a elaboração de esquemas de classificação bibliográfica.

³¹ O modelo baniano configura-se em uma representação simbólica para um conhecimento, como um organismo vivo, o qual está em constante crescimento e, portanto, sofre ramificações, transformações e desenvolvimento através do tempo (MACULAN, 2011. p. 49).

Figura 7 – Esquema da Árvore de Porfírio



Fonte: Banco de imagens Google. Disponível: <<http://mapriscilla.blogspot.com.br/2014/08/1s-arvore-de-porfirio.html>>

Figura 8 – Árvore Baniana (Banyan Tree)



Fonte: Banco de imagens Google. Disponível em: <<http://www.icytales.com/the-banyan-tree/>>

Neste sentido, os princípios que apoiam esta teoria se baseiam em três planos de trabalho. No “plano das ideias”, onde se apresentam questões relacionadas aos conceitos e relações entre conceitos para a formação de classes de conceitos; o “plano verbal”, onde se insere princípios relativos à expressividade dos termos; e o “plano notacional”, relativo à

forma de manipulação dos conceitos através de instrumentos como as tabelas de classificação, ou seja, a fixação abstrata dos conceitos para possibilitar uma sequência útil nas estantes (CAMPOS, 2001).

As unidades (assunto básico³² e a ideia isolada³³) da estrutura classificatória segundo a Teoria de Ranganathan são renques, “séries horizontais de conceitos e podem também ser genéricos ou partitivos”, e cadeias, “séries verticais de conceitos que podem ser genéricas e partitivas.” (CAMPOS; GOMES, 2003, p.6).

As regras (cânones) desenvolvidas por Ranganathan estabelece a formação de renques e cadeias. Os cânones para renques são da Exaustividade, que “estabelece que as classes formadas por um renque devem ser exaustivas”(CAMPOS, 2001, p. 51), da Exclusividade, que “estabelece que os elementos formadores dos renques devem ser mutuamente exclusivos” (CAMPOS, 2001, p. 51), da Sequência útil, que significa que “a sequência dos elementos em uma classe deve ser útil ao propósito daqueles a quem ela se destina” (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 6), e da Sequência consistente, ou seja, “sempre que existirem classes semelhantes à sequência de seus elementos deve ser paralela em todas aquelas classes” (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 6).

Os cânones para formação de cadeias são Extensão Decrescente, “onde os conceitos de uma série descendente devem crescer em intensão”, e o Cânone da Modulação, “ordem dos conceitos em uma classe de conceitos devem ter uma sequência que respeite cada elo da cadeia”. (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 6).

Para acomodar todo o conhecimento de um domínio, Ranganathan (1967) atribui cinco ideias, definidas por categorias fundamentais, a saber, PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo).

- Categoria Personalidade: retrata objetos de determinada disciplina.
- Categoria Matéria: consiste em todos os materiais e substância que são feitos os objetos.
- Categoria Energia: ação de uma espécie ou outra, ocorrendo entre toda espécie de entidades inanimadas, animadas, conceituais e intuitivas.

³² Assunto básico representa as áreas mais abrangentes do conhecimento. (Campos, 2001, p. 49).

³³ Funciona como uma unidade combinatória que tem por função facilitar a formação da notação. (Campos, 2001, p. 49).

- Categoria Espaço: definida com o significado usual com suas manifestações a superfície da terra.
- Categoria Tempo: indicam fenômenos de tempo.

Procurando exemplificar as categorias fundamentais PMEST em relação às comunidades quilombolas brasileiras.

Figura 9 – Exemplo de PMEST para comunidades quilombolas



Fonte: autora, 2017.

O aprofundamento teórico sobre os princípios da classificação facetada continua um tema atual, tendo em vista a necessidade de recuperar informações em ambiente *Web* de forma rápida e eficaz, tornando a Teoria de Ranganathan um método para trabalhos com taxonomia facetada navegacional.

3.4 TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL COMO UMA FERRAMENTA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A taxonomia de navegação é baseada nos modelos mentais de organização de informações. A estrutura das informações fica visível ao usuário final, pois o objetivo é que a descoberta das informações aconteça na navegação.

O verbete “navegação” do Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia explica essa noção apresentando a definição: pesquisar (ou navegar) em um programa, procurar comandos, percorrer um documento e buscar informações [...] [que é o] processo dos usuários interagindo com um sítio visando satisfazer suas necessidades de informação [...], [navegando] em sítios por meio de busca e folheio de objetos com conteúdo (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 257).

Segundo Conway e Sligar (2002), a taxonomia facetada navegacional é criada para permitir que os usuários encontrem informações por meio da navegação. Para os autores, na criação da taxonomia navegacional há a decomposição do conteúdo de um documento ou

domínio em categorias e facetas, com base em conceitos, a partir de uma lógica de organização pré-estabelecida.

Maculan (2014) em seu trabalho elaborou a seguinte conceituação para taxonomia facetada navegacional:

É correto afirmar que uma navegação facetada é o procedimento que o usuário realiza, percorrendo interativamente, um conjunto de informações que estão ordenadas em facetas, de tal forma que possibilitam combinações multidimensionais, visando encontrar um conteúdo. (MACULAN, 2014, p. 76).

Tunkelang (2009) aponta algumas vantagens da navegação facetada em relação às buscas tradicionais: oferece orientação ao usuário, a formulação de questões de busca pode ser feita progressivamente, permite a exploração e a recuperação do recurso informacional através dos elementos em sua estrutura de forma fácil.

Maculan (2014) esclarece que nos princípios da Ciência da Informação para que uma navegação possa ser considerada facetada é necessário permitir a visão multidimensional (o conhecimento possui diferentes dimensões em relação espaço-tempo) e a visão multidirecional (o conhecimento pode ser orientado a diferentes propósitos) de um objeto.

Quanto às suas vantagens, a autora afirma que a taxonomia facetada navegacional reflete o que está disponível em um banco de dados permitindo explorar um conjunto de informações em cada categoria. (Maculan, 2014, p. 87).

4 METODOLOGIA

Nossa pesquisa envolve procedimentos de natureza empírica, envolvendo manipulação de documentos para análise e concretização do objetivo do estudo. Utilizou-se também a investigação do tipo exploratória (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007), pois abrange levantamento bibliográfico. Do ponto de vista da sua natureza, é uma pesquisa aplicada (SILVA; MENEZES, 2005), pois gera conhecimentos e soluciona problemas específicos, apresentando uma proposta de criação de uma taxonomia facetada navegacional para o *site* Atlas Observatório Quilombola.

Como primeiro passo, realizou-se a pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para o levantamento desta bibliografia, utilizamos o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), o repositório “Questão em rede” e a série de Estudos Avançados em Organização e Representação do Conhecimento da ISKO-Brasil. Além disso, utilizamos o acervo da instituição Koinonia Presença Ecumênica e Serviço para análise da literatura sobre comunidades quilombolas. Para este trabalho é fundamental destacar os trabalhos de Ranganathan (1967) e Maculan (2014). Essas contribuições encontram-se nas seções 2 e 4.

O Atlas possui 2.691 verbetes, mas para este trabalho o *corpus* da pesquisa são 198 verbetes com as informações completas sobre história, condições sociais, condições econômicas, processo regulatório e assuntos.

Com o objetivo de criar uma taxonomia facetada navegacional para o Atlas Observatório Quilombola, o estudo de Campos e Gomes (2007) contribuíram para estabelecer a metodologia e a criação desta taxonomia.

4.1 CAPTURA DO CONHECIMENTO

A captura do conhecimento é a etapa do levantamento dos assuntos que deverão ser acomodados numa estrutura classificatória, servindo como ponto para recuperação da informação. O levantamento pode ser feito através de entrevistas, de documentos existentes da instituição e de outros instrumentos classificatórios ou terminológicos.

Em nosso estudo utilizamos a lista de termos criada pela equipe do Centro de Documentação e assessores de Koinonia. Cabe informar que os termos serão utilizados para a taxonomia, mas nesse momento utilizaremos somente os termos capturados nos 198 verbetes.

4.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES QUE SERÃO AGREGADAS

Pretende-se analisar e representar os termos, visando adequar as informações existentes à terminologia apresentada na taxonomia. Essa etapa pretende representar através da taxonomia o conhecimento existente no Atlas Observatório Quilombola, a lista de termos analisada pela equipe do Centro de Documentação de Koinonia. Esses termos serão o insumo para estruturação da taxonomia no Atlas Observatório Quilombola.

4.3 ELABORAÇÃO DAS ESTRUTURAS CLASSIFICATÓRIAS

As etapas anteriores auxiliaram a criação das categorias considerando os PMEST atribuídos por Ranganathan (1967). As categorias identificadas foram: Tipos de comunidades quilombolas; História, Condições socioeconômicas e culturais; Processo de regularização; Localização e Ano. Os termos foram hierarquizados às categorias de forma que revelem suas relações.

As categorias foram definidas nesta etapa, assim como os cânones a serem seguidos, de acordo com o objetivo da taxonomia. Em seguida, estruturamos a hierarquia formando renques e cadeias. Esta etapa pautou-se nos princípios de categorização. Essa categorização não termina com este estudo, podendo futuramente desenvolver outras categorias.

4.4 ESCOLHA DO SISTEMA PARA A CONSTRUÇÃO DE TAXONOMIAS

Em relação à tecnologia, o Atlas Observatório Quilombola foi criada com linguagem HTML (HyperText Markup Language), que significa Linguagem de Marcação de Hipertexto, define uma estrutura simples para os documentos disponibilizados na *Web*.

Para gerenciamento de banco de dados, o Atlas foi desenvolvido em mySQL, sistema de gerenciamento de banco de dados (open-source), que utiliza Linguagem Structured Query Language SQL (Linguagem de Consulta Estruturada) como interface. O mySQL interage com a linguagem PHP para construção de base de Busca Unificada.

Devido à crise financeira da instituição, Koinonia e a empresa FW2 (responsável pela criação do *site*) discutem a forma de criar o programa para disponibilizar a taxonomia no Atlas Observatório Quilombola para facilitar a busca de informações de forma rápida e

precisa. Neste trabalho, será apresentado o procedimento metodológico enquanto a instituição programa com as sugestões disponibilizadas aqui.

4.5 VALIDAÇÃO DOS ESPECIALISTAS

Esta etapa tem duas funções: confirmar o trabalho realizado e transferir o conhecimento do processo de realização. Considerando imprescindível a validação em todas as etapas de definição da taxonomia. Todos os processos administrativos em Koinonia são discutidos na reunião de Núcleo de Articulação Institucional, sendo indicativo que esta taxonomia também entre neste processo para validação. E que esta taxonomia também seja incorporada à Política de Documentação da instituição para conhecimento futuro.

Após a implementação da taxonomia no Atlas Observatório Quilombola, será importante avaliar, a partir dos critérios para elaboração de taxonomias, Campos e Gomes (2007) que apontam:

- Comunicabilidade: o termo deve representar a linguagem utilizada pelo usuário.
- Utilidade: os termos devem expressar um agrupamento de documentos e não um único documento.
- Estímulo: termos que induzem o usuário a continuar a navegação.
- Compatibilidade: os termos empregados representam o campo que se está ordenando.

5 TAXONOMIA FACETADA NAVEGACIONAL PARA O ATLAS OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA

Neste capítulo são apresentadas as etapas para criação de uma taxonomia facetada navegacional para o Atlas – Observatório Quilombola e as decisões tomadas pela equipe de Koinonia.

A taxonomia será analisada por suas categorias fundamentais dentro do PMEST e os cânones presentes na Teoria da Classificação Facetada, lembrando que as possibilidades de termos não foram esgotados neste estudo.

▪ Categoria “tipos de comunidades quilombolas”

Segundo as características em relação ao território brasileiro, existem dois tipos de comunidades quilombolas: comunidade rural (área rural) e comunidade urbana (cidade).

- Comunidade rural
 - Acauã
 - Agreste
 - Água Morna
 - Alcântara
 - Alto Alegre
 - Alto da Serra
 - Amaros
 - Arapemã
 - Arnesto Penna Carneiro
 - Aroeira
 - Arvinha
 - Bacabal
 - Baco Pari
 - Baia Formosa
 - Bairro Porto Velho
 - Barra do Aroeira
 - Barra do Parateca
 - Boa Esperança
 - Boa Vista dos Negros
 - Boiquerão da Arara

- Boitaraca
- Bom Jardim
- Botafogo
- Brejo dos Crioulos
- Brejo dos Negros
- Brotas
- Brutos
- Cabral
- Cacau e Ovo
- Cafundó
- Cambará
- Cambury
- Caminho de Pedra
- Campinho da Independência
- Cangume
- Capão das Gamelas
- Capoeiras
- Caraíba
- Cariongo
- Casca
- Castainho
- Catuabo
- Caveira Botafogo
- Chácara Buriti
- Chácara das Rosas
- Charco
- Colonia
- Colônia do Paiol
- Colônia São Miguel
- Conceição das Crioulas
- Conceição do Imbé
- Conceição do Macacoari
- Contendas
- Córrego das Ubaranas

- Curral da Pedra
- Curuanha
- Dandá
- Deserto Feliz
- Desterro
- Engenho Mundo Novo
- Família Araújo e Ribeiro
- Família Cardoso
- Família Magalhães
- Família Silva
- Família Thomaz
- Fazenda Jatobá
- Fazenda Nova
- Fojo
- Forte
- Furnas Boa Sorte
- Furnas do Dionísio
- Galvão
- Graciosa
- Grilo
- Gurupá
- Ilha de Marambaia
- Ilha São Vicente
- Invsernada dos Negros
- Ipiranga do Carmina
- Iúna
- Ivaporunduva
- Jamary dos Pretos
- Jatiname
- Jatobá
- Jesus
- Kalunga
- Kalunga Mimoso
- Ladeiras

- Lagoa das Piranhas
- Lagoa do Peixe
- Lagoa dos Campinhos
- Lagoa Grande
- Lagoa Santa
- Lagoas
- Lagoinha de Baixo
- Limoeiro
- Linharinho
- Luizes
- Macambira
- Machadinha
- Machadinho
- Mal da Pedreira
- Mandira
- Mangueiras
- Manoel Barbosa
- Marobá dos Teixeiras
- Mata Cavalo
- Mata de São Benedito
- Mata do Sapé
- Mesquita
- Mocambo
- Monte Alegre
- Mormoça
- Morrinhos
- Morro Alto
- Morro Redondo
- Morro Seco
- Mumbuca
- Munbuca
- Narcisa
- Nossa Senhora das Graças
- Nova Batalhinha

- Olhos D' Água do Basílio
- Palmas
- Paratibe
- Pedra d'Água
- Pedras Brancas
- Peruana
- Picadinha
- Pimenteira
- Pirangi
- Pitombeira
- Pitoró dos Pretos
- Pontal da Barra
- Povoado Tabacaria
- Preto Forro
- Quadra
- Quilombo dos Alpes
- Retiro
- Riacho dos Negros
- Rincão dos Caixões
- Rincão dos Martinianos
- Rinção dos Negros
- Rio das Rãs
- Rio dos Macacos
- Ronco
- Rosa
- Sabonete
- Sacacura
- Santa Fé
- Santa Joana
- Santa Maria dos Pinheiros
- Santa Rita do Bracuí
- Santa Rosa dos Pretos
- Santana
- Santana III

- São Benedito
- São Domingos
- São Francisco do Paraguaçu
- São Jorge
- São José da Serra
- São José do Mata Fome
- São Judas Tadeu
- São Miguel
- São Miguel Arranjo do Morro Seco
- São Pedro
- São Pedro
- São Raimundo do Pirativa
- São Roque
- São Sebastião da Boa Vista
- Senhor do Bonfim
- Serra da Guia
- Serra do Evaristo
- Serra do Trabalho
- Serra dos Chagas
- Sítio Arruda
- Sítio Pavilhão
- Sítio Veiga
- Sítio Velho
- Tambor
- Tapera
- Tapuio
- Tijuaçu
- Timbaúba
- Timbó
- Tinguu
- Três irmãos
- Velame
- Volta do Campo Grande
- Comunidade urbana

- Camorim
- Feital
- Grotão
- Maria Conga
- Pedra do Sal
- Rasa
- Sacopã

▪ **Categoria “História, condições socioeconômicas e culturais”**

O item “História, condições socioeconômicas e culturais” apresenta os aspectos em relação ao histórico, bem como as condições socioeconômicas e culturais em relação às comunidades quilombolas brasileiras. Os termos apresentados nesta categoria não foram totalmente esgotados, pois delimitamos nossa pesquisa aos 198 verbetes, o que significa que termos podem ser incorporados futuramente devido aos diferentes aspectos das comunidades quilombolas.

História

- Agronegócio
- Bancada ruralista
- Conflito agrário
- Demarcação de terras
- Escravidão
- Abolição da escravidão
- Desembarque ilegal
- Praça de leilão
- Tráfico de escravos
- História Oral
- Licenciamento ambiental
- Licença prévia
- Licença instalação
- Licença operação
- Memória coletiva
- Migração interna

- Mineração
- Ocupação territorial
- Racismo ambiental
- Reforma Agrária
- Religião
- Religião católica
- Religião protestante
- Religiões afro-brasileiras
- Candomblé
- Umbanda
- Terra de santo
- Unidade de conservação

Condições socioeconômicas e culturais

- Agricultura
- Agricultura familiar
- Agricultura orgânica
- Agricultura sustentável
- Agropecuária
- Ave
- Gado
- Peixe
- Suínos
- Alimentação
- Desnutrição
- Gastronomia
- Doce de banana
- Doce de leite
- Paçoca
- Pamonha
- Queijo
- Restaurante quilombola
- Artesanato

- Bordado
- Vagonite
- Cangalhas
- Cesto de piaçava
- Crochê
- Manzuá
- Peneira
- Pente da casca de piaçava
- Ponto cruz
- Redes de pesca
- Samburá
- Capoeira
- Casa de farinha
- Desnutrição
- Educação quilombola
- Analfabetismo
- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior
- Lei de Cotas
- Cota quilombola
- Energia Elétrica
- Expressões musicais negras
- Congada
- Folias de reis
- Jongo
- Extrativismo
- Festas religiosas
- Habitação
- Alvenaria
- Barro
- Tinhomes
- Movimentos sociais
- Associação quilombola

- Movimento negro
- Produção agrícola
- Abacaxi
- Acerola
- Aipim
- Arroz
- Banana
- Batata
- Batata doce
- Cacau
- Café
- Cajá
- Cajarana
- Cana-de-açúcar
- Cebola
- Chuchu
- Coco
- Cravo
- Cupuaçu
- Dendê
- Guaraná
- Inhame
- Jaca
- Jiló
- Laranja
- Limão
- Mandioca
- Mel
- Milho
- Piaçava
- Pimenta
- Pupunha
- Quiçari
- Urucum

- Verduras
- Políticas públicas
- Programa Brasil Quilombola
- Programa Saneamento Básico
- Programa Água para Todos
- Programa Nacional de Habitação Rural
- Programa Luz para Todos
- Tarifa Social de Energia Elétrica
- Declaração de Aptidão ao Pronaf
- Programa cisternas
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa de Aquisição de Alimentos
- Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola
- Selos Quilombos do Brasil
- Programa Brasil Local
- Construção de escola quilombola – Escolas do Campo
- Programa Nacional do Livro Didático
- Procampo - Saberes da Terra
- Educação quilombola
- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- Programa Bolsa Família
- Busca Ativa – CadÚnico
- Programa Saúde da Família
- Programa Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente
- Telecentros.BR
- Rádios Comunitárias
- Documentação Básica e Registro civil
- Saneamento básico
- Sistemas de abastecimento de água
- Sistemas de esgotamento sanitário
- Saúde
- Sistema Único Saúde
- Turismo quilombola

- Violência

▪ **Categoria “Processo de regularização”**

A categoria “Processo de regularização” apresenta as etapas envolvidas na regularização de um território quilombola no Brasil, desde o momento de autoidentificação até o título de terra coletiva.

- Processo aberto
- Relatório técnico de identificação e delimitação (RTID)
- Comunidade Certificada
- Comunidade Titulada

▪ **Categoria “Localização”**

A categoria “Localização” tem a função de disponibilizar as comunidades quilombolas por estado, cidade e municípios. Apresentamos neste trabalho somente os estados devido à extensão territorial do Brasil, mas no *site* Atlas Observatório Quilombola estarão agrupados por estas especificidades.

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco

- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins

▪ **Categoria “Ano”**

Boa Vista, localizada no Pará, foi a primeira comunidade quilombola titulada no Brasil em 1995. A categoria “Ano” mostra as datas que remetem às etapas do processo de regularização das comunidades quilombolas. Informações serão agregadas conforme o tempo.

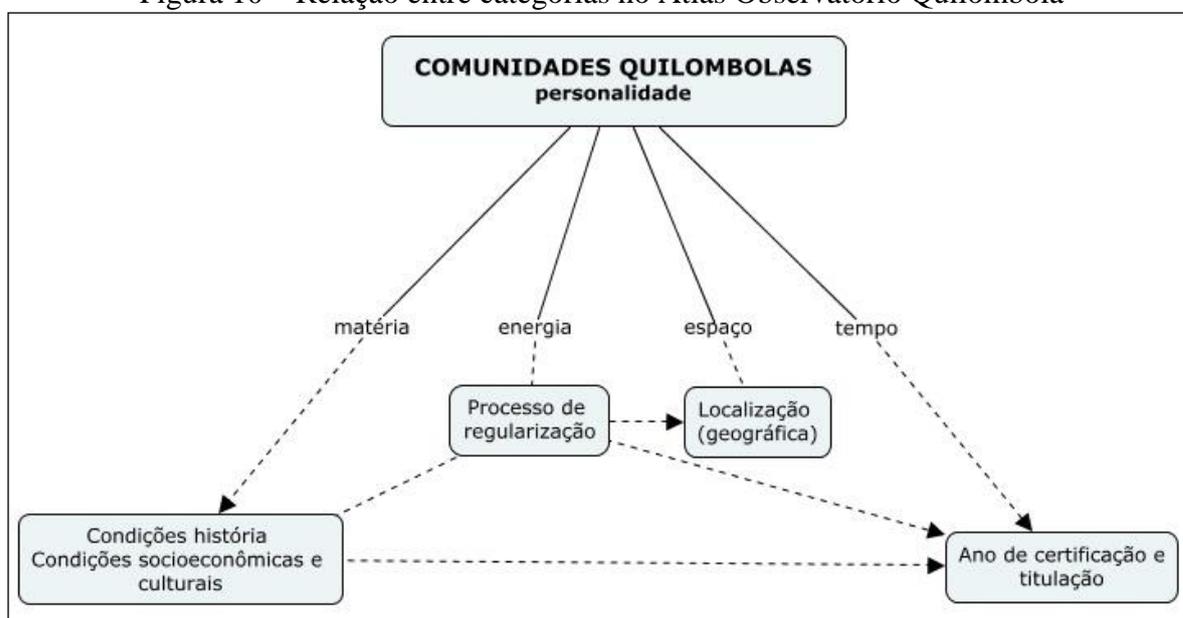
- 1995
- 1996
- 1997
- 1998
- 1999
- 2000
- 2001
- 2002
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011

- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017

Relações entre categorias

A navegação através da taxonomia facetada permite que o usuário explore o conjunto de categorias.

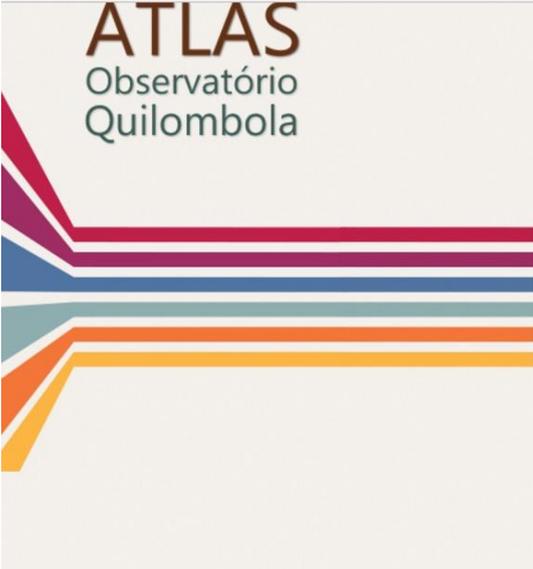
Figura 10 – Relação entre categorias no Atlas Observatório Quilombola



Fonte: autora, 2017.

A figura mostra que todas as categorias terão relação com a categoria comunidades quilombolas. A categoria Processo de Regularização terá relação com a Área Geográfica. A categoria Processo de Regularização terá relação com o Ano. E a categoria História, Condições Socioeconômicas e Culturais com o Ano. Para busca de informações, este estudo recomenda os seguintes campos: Comunidades Quilombolas; História, condições socioeconômicas e culturais; Processo de regularização e Ano. O Atlas Observatório Quilombola também contará com uma lista de termos.

Figura 11 – Lista de termos no Atlas Observatório Quilombola



ASSUNTOS
Aleluia
Angra dos Reis
Areal
Baixada Fluminense
Barrinha
Batatal
Boa Esperança
Botafogo
Cabo Frio
Cambucá
Campinho da Independência
Campos dos Goytacazes
Caveira
Comunidade Remanescente de Quilombo
Fazenda Espírito Santo
Grotão

Fonte: Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, nos últimos semestres, presencia um agravamento da crise econômica e as organizações do terceiro setor foram impactadas diretamente com a queda dos financiamentos. No contexto nacional, os editais de financiamento foram reduzidos. E no contexto internacional as doações sofreram uma queda devido à prioridade das instituições financiadoras por entidades localizadas nos países do continente africano e asiático. Para essas instituições internacionais, o Brasil deixou de ser prioridade por ser considerado um país de renda média, que vem erradicando a pobreza e está em franco desenvolvimento econômico. Mas esses fatores não condizem com a realidade brasileira, pois a desigualdade social continua enorme. Porém, a desigualdade social não é a questão deste trabalho, mas a sustentabilidade financeira das instituições do terceiro setor, principalmente de Koinonia, que tem um grande impacto para realização deste trabalho.

Nesta dissertação, a taxonomia facetada navegacional provou ser a melhor ferramenta para recuperação de informações no Atlas Observatório Quilombola e as recomendações foram narradas na última seção deste trabalho.

Aproveitamos neste momento para propor iniciativas para a instituição Koinonia, levando em consideração a sua sustentabilidade econômica.

Por a instituição trabalhar com eixos temáticos e temas distintos, determinar uma política de indexação e o uso da linguagem documentária poderá auxiliar nas questões de controle da homonímia e polissemia, uso de singular e plural, controle de homógrafos, controle de sinônimos, estabelecimento de relações hierárquicas e de equivalência etc.

Visando editais de financiamento para criação de *sites*, implementação de sistemas e organização de acervos. Koinonia apresenta uma cartela variada de produtos de comunicação e documentação. Estruturar uma arquitetura da informação que agrega todos os produtos institucionais de comunicação e informação é uma ação que deve ser levada em consideração.

Por fim, a instituição precisa estar atenta às mudanças no campo da Biblioteconomia e Ciência Informação e planejar e/ou agregar métodos e ferramentas que auxiliem a sua organização e representação do conhecimento institucional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. Rio de Janeiro, 1994.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In: HÁBETTE, J.; CASTRO, Edna (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ALMEIDA, C. D. de. **Comunicação e cultura**: práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé, MT. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)--Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

ARRUTI, J. M. A. Quilombos, 2008. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/ARRUTI-%20Jose.%20Quilombos.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

AQUINO, I. C. J.; CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 3, n. 3, p. 196-215, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/8220>>. Acesso em: 08 out. 2016.

AZEVEDO, H. **Políticas públicas - preservação de manifestações culturais**: o papel social da FUNDARPE. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE; NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005. 184 p. Disponível em: <<http://www.niso.org/standards/resources/Z39-19-2005.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

CAMPOS, M. L. de A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e princípios ranganatihianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

_____. Taxonomia e classificação: categorização como princípio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, BA.

_____. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramZero** – Revista Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.datagramzero.org.br/ago08/Art_01.htm>. Acesso em: 08 out. 2010.

CONWAY, S.; SLIGAR, C.. Building taxonomies. In: _____. **Unlocking knowledge assets**. Redmont: Microsoft Press, 2002.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, Cordélia R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomia e tesouros em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília: Thesaurus, 2010, 182 p.

FERREIRA, G. S. **A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia)-- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, F. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 432 p.

GRÍJO, Wesley Pereira. **Mediações quilombolas: apropriações étnicas na recepção de telenovelas**. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)--Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO. **Síntese para o plano estratégico 206-2021**. Rio de Janeiro: Koinonia Presença e Serviço, 2015. 5 p.

LAMBE, P. **Organising Knowledge: taxonomies, knowledge and organizational effectiveness**. Oxford, England: Chandos, 2007.

MACULAN, B. C. M. dos S. **Taxonomia facetada navegacional: um mecanismo de recuperação**. Curitiba: Appris, 2014.

NOVO, H. F.; CAMPOS, M. L. de A. **Taxonomias de domínios interdisciplinares: uma experiência com a área de Geoquímica Ambiental**. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2844/1972>>. Acesso em: 08 out. 2016.

ODDONE, N.; GOMES, M. Y. F. S. de F. Uma nova taxonomia para a ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.

O'DWER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. 296 p.

OLIVEIRA, R. S. de. **Uma experiência bem sucedida: o Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA**. Disponível em: <http://www.Koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=259&cod_boletim=14&tipo=Artigo>. Acesso em: 5 jun. 2017.

PERALTA, R. **Cartilha direitos: apoio ao fortalecimento político e protagonismo das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2013. 67 p.

PEREIRA, C. C. M. **Mitos da cultura africana**: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatiau. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Informação, conhecimento e sociedade) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RANGANATHAN, S. R. **Philosophy of library classification**. New Delhi: Einar Munksgaard, 1951.

_____. **Colon Classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1933. 126 p.

_____. **Prolegomena to library classification**. 3. ed. London: Asia Publishing House, 1967. Disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/arizona/handle/10150/106370>>. Acesso em: 08 out. 2016.

SILVA, E. L. da S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, R. E. da.; SANTOS, P. L. V. A. C.; FERNEDA, E. Modelos de recuperação de informação e Web semântica: a questão da relevância. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 3, p. 27 – 44, set./dez. 2013.

TERRA, J. C. C. et al. **Taxonomia**: elemento fundamental para a gestão do conhecimento. 2005. Disponível em: <<http://pessoal.utfpr.edu.br/mansano/arquivos/taxonomia.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

TUNKELANG, D. **Faceted search**. North Carolina: Morgan e Claypool, 2009.

VIGNOLI, R. G.; SOUTO, D. V. B.; CERVANTES, B. M. N. Sistemas de organização do conhecimento com foco em ontologias e taxonomias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 59-72, maio/ago. 2013.

ANEXO A - Lista de assuntos oriundos do *site* Observatório Quilombola

AGRONEGÓCIO

Agronegócio é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e comercialização dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. E envolve desde a pesquisa científica até a comercialização de alimentos, fibras e energia.

AGRICULTURA FAMILIAR

A gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

AGRICULTURA ORGÂNICA

Processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos.

BANCADA RURALISTA

Na política do Brasil, a bancada ruralista (também referida como bancada do boi) constitui uma frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos proprietários rurais. Embora esse termo refira-se normalmente à frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil — a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) —, ele também pode referir-se a uma bancada específica de uma das Assembléias Legislativas dos estados ou das Câmaras dos municípios, ou a conjuntos desses grupos.

COMUNIDADE CERTIFICADA

A comunidade quilombola recebe certidão da Fundação Cultural Palmares (FCP)

COMUNIDADE TITULADA

A comunidade quilombola recebe o título definitivo de propriedade coletiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

COTA QUILOMBOLA

A Lei no 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Entre os beneficiados por este sistema estão candidatos oriundos de comunidades indígenas e quilombolas.

DESEMBARQUE ILEGAL

Apesar da existência da lei de 1831, há muitas notícias sobre desembarques ilegais de africanos ao longo da costa brasileira, nas décadas de 1830 e 1840, em regiões distantes dos centros urbanos e mais protegidas da observação pública. Mesmo após a lei de 1850, há registros do contrabando de africanos em diversos locais do litoral brasileiro. Os desembarques ilegais, em geral em praias pouco frequentadas, contavam com apoio dos fazendeiros de áreas próximas ao litoral e da população local, além da tolerância das autoridades.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Realizada a partir de outros contextos culturais porque ela reconhece os saberes da criança ao chegar à escola. E os saberes ancestrais são as bases, as raízes daquela comunidade.

EXTRATIVISMO

Extrativismo é a atividade de extrair da natureza os recursos que está à disposição do homem sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral.

HISTÓRIA ORAL

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Instrumento de gestão da Administração Pública: por meio dele é exercido o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais. Através dele há a conciliação do desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, de modo a assegurar a sustentabilidade do meio ambiente, nos seus aspectos físicos, socioculturais e econômicos.

MEMÓRIA COLETIVA

Memória coletiva é a memória de um grupo de pessoas, tipicamente passadas de uma geração para a seguinte, ou ainda a memória compartilhada de um grupo, família, grupo religioso, étnico, classe social ou nação.

MIGRAÇÃO INTERNA

Movimentos de entrada e de saída, ou seja, as migrações que ocorrem em seu território. As migrações internas são aquelas que se processam no interior de um país.

MINERAÇÃO

Termo que abrange os processos, atividades e indústrias cujo objetivo é a extração de substâncias minerais a partir de depósitos ou massas minerais. Podem incluir-se aqui a exploração de petróleo e gás natural e até de água.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

RACISMO AMBIENTAL

O racismo ambiental tem uma correlação direta entre a exploração da terra e a exploração das pessoas. As principais vítimas do racismo ambiental são as populações pobres e negras, além de indígenas, quilombolas e outros grupos étnicos e racialmente excluídos dos processos de participação política, e em desvantagem econômica.

REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO (RTID)

Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicada pelas comunidades quilombolas. O documento aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O documento é publicado por duas vezes nos Diários Oficiais da União e do Estado para tornar público o processo e assegurar a manifestação dos interessados.

TERRA DE SANTO

Refere à desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja. No caso das comunidades quilombolas, refere-se a terras doadas ao santo.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

ANEXO B - Estatuto de Koinonia - Presença Ecumênica e Serviço

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FINS, SEDE E DURAÇÃO.

Art. 1º KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço, doravante chamada KOINONIA, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de natureza ecumênica, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Rua Santo Amaro, 129 - Glória, CEP 22211-230, fundada em 9 e 10 de abril de 1994, com prazo de duração indeterminado.

§ 1º KOINONIA origina-se, entre outros, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação/CEDI.

§ 2º Por decisão da Assembléia Geral, a sede poderá ser transferida para outro local.

§ 3º KOINONIA poderá atuar em todo território nacional, abrindo filiais, escritórios ou credenciando representantes regionais, no Brasil ou no exterior, respeitada a legislação aplicável.

Art. 2º São finalidades de KOINONIA:

I - a vivência e expressão de uma vida comunitária fundamentada nos princípios da fraternidade, da diversidade, do direito à diferença, da acolhida do outro/outra, como manifestação do transcendente numa busca permanente de uma espiritualidade e mística renovadoras;

II - o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, reflexão e elaboração teóricas de caráter permanente nos campos da experiência ecumênica, da produção teológica, das manifestações culturais, das vivências sociopolíticas e dos regimes econômicos;

III - a promoção de debates, atitudes críticas e elaborações diversas em torno de práticas de ação cultural, eclesiais, bíblico-teológicas e sociopolíticas;

IV - o planejamento e realização de cursos e seminários para a formação e treinamento de agentes de ação cultural, promoção ecumênica e de fortalecimento da cidadania;

V - a divulgação, nos planos nacional e internacional dos produtos e resultados dessas experiências e reflexões;

VI - a organização e produção de eventos e campanhas nacionais e internacionais, de apoio à melhoria de condições de vida e direitos da população;

VII - o planejamento e a realização de atividades de educação preventiva, eventos e investigações científicas, objetivando o combate à dependência química e ao envolvimento das pessoas em atividades relativas a drogas;

VII - promoção de atividades científicas, teológicas e acadêmicas, inclusive pesquisas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas, estudantes e outros, relacionadas às experiências ecumênicas, produções teológicas, manifestações culturais, vivências sociopolíticas e aos regimes econômicos;

IX - a concepção, promoção e realização de projetos nas áreas da educação, saúde, assistência social, meio ambiente para o atendimento de pessoas em situação de risco social e pessoal;

X - a promoção e/ou realização de projetos culturais e esportivos, inclusive com a utilização de recursos públicos, quer federais, estaduais ou municipais, de incentivo à cultura e ao desporto, nas condições estabelecidas em lei e em suas respectivas concessões.

§ 1º Para cumprir estas finalidades KOINONIA poderá:

I - organizar serviços de documentação e informação;

II - realizar, promover ou participar de pesquisas, estudos, cursos, conferências, seminários e outras atividades afins;

III - editar, publicar, distribuir e vender publicações com o fim de subsidiar suas atividades;

IV - assessorar e prestar serviços de consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos;

V - realizar gravação, edição e divulgação de imagens, músicas e depoimentos, relacionados com suas diversas atividades;

VI - produzir, duplicar, distribuir e vender fitas gravadas em videocassete, filmes, fotos e produtos de multimídia, com o objetivo de subsidiar suas atividades;

VII - conceder bolsas de estudo e de pesquisa, de acordo com normas previamente definidas em programa e aprovadas pela assembléia geral;

VIII - firmar convênios, contratos, termos de cooperação, termos de parceria e outras formas de trabalho com pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º KOINONIA não distribui entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução de seu objetivo social.

§ 3º No desenvolvimento de suas atividades, KOINONIA:

I - não fará qualquer distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso, opção sexual ou a portadores de deficiências;

II - prestará serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º KOINONIA tem 2 (duas) categorias de associados: os associados efetivos e os associados colaboradores.

§ 1º São admitidos como associados efetivos, com direito a voz, voto e serem votados, os que participaram da fundação da associação, comprometeram-se com seus objetivos, e os que serão admitidos posteriormente, mediante proposta previamente subscrita de pelo menos 3 (três) associados efetivos, e aceitos em Assembléia por no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.

§ 2º São associados colaboradores, somente com direito a voz, pessoas ligadas a organizações que tenham objetivos similares aos de KOINONIA, indicados pela Diretoria, e aprovados pela maioria dos associados presentes na Assembléia Geral.

§ 3º Os associados colaboradores que deixarem de participar da entidade de origem que lhes possibilitou a indicação para KOINONIA, perdem *ipso facto* a sua condição de associados.

§ 4º O associado efetivo que estiver recebendo, a qualquer título, remuneração por serviços prestados a KOINONIA, não poderá votar e nem ser votado nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. Esse impedimento se estenderá por seis meses após o término do período em que o associado receber remuneração e até o final do exercício fiscal caso os seis meses não atinjam essa data.

§ 5º Os associados eleitos para a Diretoria e para o Conselho Fiscal não poderão receber, a qualquer título, durante o exercício de seus mandatos, remuneração direta ou indireta, por atividades relacionadas com KOINONIA.

§ 6º Os associados efetivos e os associados colaboradores não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais da Instituição.

§ 7º Perderá a condição de associado:

I - quem por iniciativa própria o solicitar por meio de comunicado expresso à Assembléia Geral que o homologará;

II - quem deixar de comparecer a Assembléia Geral Ordinária por 2 (dois) anos consecutivos, sem apresentar justificativa por escrito; .

III - quem tiver o cancelamento de sua condição de associado proposto por 3 (três) associados e aceito por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

§ 8º É assegurada ao associado, cujo cancelamento tenha sido proposto nos termos do parágrafo anterior, a plena defesa na mesma Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, a qual decidirá pelo cancelamento ou não da condição de associado.

§ 9º São direitos e deveres dos associados efetivos e colaboradores:

I - os associados efetivos têm o direito de freqüentar a sede e tomar conhecimento dos projetos e trabalhos em desenvolvimento, participar das Assembléias Gerais, com poder de voz e voto, eleger a Diretoria e para o Conselho Fiscal e ser eleitos para estas instâncias;

II - os associados colaboradores têm o direito de participar das Assembléias Gerais, apenas com direito a voz;

III - os associados efetivos têm o dever de participar das Assembléias Gerais, zelar pelo bom nome da Instituição, empenhar-se para que os objetivos da Instituição sejam coroados de êxito no âmbito de sua atuação;

IV - os associados colaboradores têm o dever de empenhar-se, no âmbito de sua atuação e de acordo com suas possibilidades, para que os objetivos da Instituição sejam alcançados.

Capítulo III

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Art. 4º KOINONIA será dirigida pela Assembléia Geral e pela Diretoria, assistidas pelo Conselho Fiscal, pelo/a Diretor/a Executivo/a e pelo/a Secretário/a de Planejamento e Cooperação.

Art. 5º A Assembléia Geral Ordinária, constituída de todos os associados, realiza-se anualmente e é convocada ou pelo Presidente, ou por, no mínimo 1/3 (um terço) da Diretoria, ou, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados efetivos, e é instalada com o quorum mínimo de 1/3 (um terço) dos associados efetivos.

§ 1º A convocação de que trata este artigo será feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por carta postal e/ou correio eletrônico e divulgação na página institucional na internet.

§ 2º A Assembléia Geral é o órgão supremo de KOINONIA e é de sua exclusiva competência:

I - deliberar sobre a Programação e o Orçamento anuais de trabalho;

II - deliberar sobre o Relatório de Atividades, o Balanço e as contas da Diretoria referentes ao ano findo;

III - admitir associados efetivos e associados colaboradores;

IV - autorizar a alienação ou a instituição de ônus sobre bens imóveis pertencentes à sociedade;

V - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

VI - destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados efetivos reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.

§ 3º As deliberações das Assembléias Gerais referentes à alienação de bens imóveis e recepção/exclusão de associados, serão tomadas por maioria de 2/3 (dois terços) dos associados efetivos presentes. As demais decisões das Assembléias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.

§ 4º As Assembléias Gerais são presididas pelo Presidente. Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, os associados efetivos, presentes à Assembléia, escolherão o Presidente dos trabalhos, por maioria simples.

Art. 6º KOINONIA realizará Assembléia Geral Extraordinária sempre que existirem questões urgentes a serem resolvidas, as quais ultrapassem a competência dos demais órgãos da administração.

Parágrafo único. O procedimento de convocação será idêntico ao da Assembléia Geral Ordinária.

Art. 7º A Diretoria será constituída de associados efetivos e se comporá de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e um Vogal, com um mandato de 3 (três) anos, admitindo-se reeleições no todo ou em parte. São funções da Diretoria:

I - nomear e contratar Diretor/a Executivo/a e Secretário/a de Planejamento e Cooperação e definir suas atribuições específicas;

II - garantir a viabilização da programação aprovada, estabelecer prioridades e aprovar novas propostas de trabalho, *ad referendum* da Assembléia Geral;

III - elaborar o orçamento geral e estabelecer a política salarial;

IV - representar a associação e estabelecer a política de relações nacionais e internacionais;

V - instalar escritórios em qualquer parte do território nacional;

VI - atribuir salários, honorários e pró-labores, de conformidade com as previsões orçamentárias;

VII - convocar anualmente reuniões de caráter consultivo, com a presença do Diretor/a Executivo/a e do Secretário/a de Planejamento e Cooperação;

VIII - organizar o relatório de atividades, o balanço geral e as respectivas contas para apresentação na Assembléia Geral.

§ 1º A Diretoria se reunirá pelo menos 3 (três) vezes por ano e suas decisões serão tomadas por maioria dos presentes.

§ 2º Ao Presidente, compete:

I - representar KOINONIA ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como perante terceiros em geral;

II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria e das Assembléias;

III - nomear procuradores em nome de KOINONIA com poderes específicos e mandatos com prazo determinado, os quais nunca ultrapassarão a data de extinção do mandato do Presidente;

IV - tomar decisões no interregno das reuniões da Diretoria, depois de prévia consulta a dois dos membros da Diretoria, *ad referendum* da próxima reunião da mesma Diretoria.

§ 3º Ao Vice-Presidente, compete substituir o Presidente.

§ 4º Ao Secretário compete secretariar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria, supervisionar os trabalhos de correspondência, arquivos, reuniões e relatórios da Diretoria, bem como substituir o Presidente e o Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos, ou ainda, em caso de vacância, até a eleição de novo Presidente pela primeira Assembléia Geral a ser convocada, seja ordinária, seja extraordinária.

§ 5º Ao Tesoureiro compete supervisionar as contas de KOINONIA, os serviços contábeis, movimentar, com o Presidente, as contas bancárias, bem como realizar saques, endossos, emissão de títulos de créditos e documentos que envolvam obrigações ou responsabilidades para KOINONIA, podendo outorgar procurações com poderes específicos e prazos limitados ao seu mandato.

Art. 8º A Diretoria poderá contar com Assessores Eclesiásticos, cuja competência e tempo de exercício estão definidos no Regimento Interno.

Art. 9º Ao Diretor/a Executivo/a e ao Secretário/a de Planejamento e Cooperação compete cumprir as atribuições definidas pela Diretoria.

Art. 10. O Conselho Fiscal será eleito pela Assembléia Geral Ordinária e terá 3 (três) membros eleitos dentre os associados efetivos, com mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal examinará o balanço anual e auditoria externa e dará parecer sobre estes documentos e demais contas de KOINONIA, para apresentação à Assembléia Geral Ordinária.

Capítulo IV

DAS FONTES DE RECURSOS E DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E SUA APLICAÇÃO

Art. 11. Constituem fontes de recursos de KOINONIA:

I - as doações, dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, nacionais ou estrangeiras, bem como os rendimentos produzidos por esses bens e seu patrimônio;

II - as receitas provenientes dos serviços prestados atinentes às suas finalidades;

III - as receitas patrimoniais;

IV - a receita proveniente de contratos, convênios, parcerias ou acordos celebrados com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

V - a receita proveniente das contribuições feitas pelos associados;

VI - verbas provenientes de promoções organizadas pelos associados;

VII - recursos provenientes de projetos culturais e esportivos enquadrados nas leis federais, estaduais e/ou municipais de incentivo à cultura e ao desporto.

VIII - recursos advindos do recebimento de direitos autorais, conexos e de propriedade intelectual;

IX - as receitas advindas das publicações e edições;

X - rendimentos financeiros e outras rendas eventuais.

Parágrafo único. KOINONIA aplicará integralmente no País os seus recursos, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Art. 12. O patrimônio de KOINONIA poderá ser constituído por bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública ou privada.

Capítulo V

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 13. O exercício social, financeiro e fiscal de KOINONIA coincide com o ano civil.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. KOINONIA entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada, mediante voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo único. O patrimônio líquido remanescente de KOINONIA reverterá para entidade ou entidades sem fins lucrativos, de propósitos assemelhados, conforme decisão a ser tomada pela Assembléia Geral.

Art. 15. Esse Estatuto será regulamentado por um Regimento Interno, aprovado pela Diretoria.

Art. 16. O presente Estatuto somente poderá sofrer alteração parcial ou total por deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados efetivos reunidos em Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim.

Art. 17. Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pela Assembléia Geral.

APÊNDICE C - Processo do planejamento estratégico de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Em 2002, diante das mudanças ocorridas e ainda em andamento nos cenários nacional, internacional e ecumênico, a Diretoria de KOINONIA decidiu rediscutir a estrutura funcional e as estratégias da instituição. Assim, apresentamos à Assembléia de associados aqueles resultados alcançados no Planejamento Estratégico realizado em 2003 como produto de avaliações internas a KOINONIA, a fim de buscar uma melhor adequação de sua estrutura programática e de seus instrumentos de intervenção social aos novos desafios da conjuntura histórica.

Dos envolvidos

O processo de planejamento estratégico desenhado por KOINONIA incluiu, além dos seus próprios componentes – Diretoria, Conselho Fiscal, assessores internos e funcionários de setores estratégicos – a participação de outras instituições, que possibilitaram a incorporação de um olhar externo ao grupo e à práxis institucional. Assim, também tiveram participação no processo, como assessores convidados, o CREAS – organização parceira ecumênica e especializada em planejamento, monitoramento e avaliação – e agências ecumênicas, que ou acompanharam o processo diretamente – Christian Aid e Church World Service – ou se mantiveram informadas, como EED, PWRDF, UCC e NCA. De qualquer forma, as observações externas foram incluídas, por meio de consultas a esses parceiros ecumênicos, desde a formulação dos termos de referência.

Das etapas, resultados, desafios e eixos

As etapas enfrentadas pelo processo envolveram, em um primeiro momento, avaliações em profundidade, que se estenderam aos próprios cenários originais de fundação da instituição em 1994. Essa avaliação encontra-se resumida no anexo 1 na forma de um quadro, do qual podem-se destacar as pistas que orientaram a seqüência do trabalho.

A seguir, outros aspectos e cenários foram matéria de avaliação, permitindo-nos enfrentar uma etapa mais prospectiva, que implicou na re-elaboração dos marcos institucionais, tais como Visão, Valores, Missão, Objetivo Superior (item IV), da redefinição

das formas de serviço e intervenção não mais por meio de Projetos, agora re-adequados como Programas (item VI.1), e da explicitação de Eixos Transversais à toda reflexão e ação institucional, assim como de Desafios novos a serem assumidos e aprofundados.

Chamamos Eixos Transversais aqueles considerados fundantes de toda e quaisquer prática ou reflexão institucional, centrais, portanto, à própria identidade de KOINONIA. Tais Eixos são dois: O “Ecumenismo” – apreendido em sua tridimensionalidade (item IV, Valores) e a “Superação da Violência” – esta entendida como toda e qualquer violação de direitos, de forma a tornar claro que todas as ações de KOINONIA estão pautadas por uma afirmação dos Direitos Humanos.

Os temas que passam a fazer parte da agenda estratégica da instituição como Desafios Institucionais são dois: “Relações de Gênero” e “Formação”. O desafio “Relações de Gênero” implicará em um processo de assimilação institucional e de mecanismos de monitoramento que serão estabelecidos a partir de um planejamento para o qual KOINONIA necessitará de assessoria e de investimentos específicos. O desafio “Formação” aponta para duas direções. Em uma, para a melhoria da formação dos quadros internos em vista da necessidade continuada de melhoria profissional dos serviços e da renovação progressiva da direção institucional. Em outra, para a sistematização, integração e otimização dos acúmulos institucionais relacionados às ações de caráter pedagógico, que foram se constituindo na interação com diferentes grupos e redes sociais. Para isso será necessário propor o diálogo com entidades parceiras e com eventuais consultorias da área de educação.

Dos resultados para a capacidade institucional

As indicações presentes no Planejamento Estratégico apontaram importantes resultados para a trajetória de aumento da capacidade de trabalho e gestão institucional (itens VI.2 e VII), das quais destacam-se:

- » A escolha de buscar maior profundidade e sustentabilidade das ações em relação aos públicos, que passaram a ser estruturadas por Programas;
- » A definição de Temas de Interação entre os Programas, garantindo a sua sinergia e potencializando serviços. Os Temas foram: AIDS (Saúde Reprodutiva e Educação Sexual); Diálogo Inter-religioso; Juventude; e Relações de Gênero.
- » Os desafios institucionais: Relações de Gênero e Formação;
- » A incorporação das propostas de revisão do próprio organograma institucional;

» A decisão de incrementar o processo de parcerias, revitalizado durante o acompanhamento do processo de Planejamento Estratégico (PE), promover um encontro com parceiros internacionais para discussão sobre os resultados do Planejamento Estratégico e os desafios comuns da nossa Missão.

» A decisão de desenvolver um plano gradual de incremento de investimentos orientados pelo Planejamento Estratégico e seus desafios.

Dos instrumentos alcançados O processo resultou nos seguintes produtos que servirão de instrumentos estratégicos: um Planejamento Estratégico que será a referência para KOINONIA nos próximos 6 anos; um Plano Trienal de Ação; e a explicitação e re-elaboração de um Sistema de PMA-Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

Visão, Missão, Valores, Eixos, Temas e Organograma

VISÃO: KOINONIA, em sua vocação diaconal, se compreende como um ator político do movimento ecumênico e que presta serviços ao movimento social.

MISSÃO: KOINONIA é uma entidade ecumênica de serviço, composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Sua missão é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e aqueles em processo de emancipação social e política. Para isso desenvolve programas de produção do conhecimento, informação e educação, que atuam por meio de redes, em busca de espaços democráticos, que garantem a justiça, os direitos humanos – econômicos, sociais, culturais e ambientais – e a promoção do ecumenismo e do movimento ecumênico e de seus valores libertários em nível nacional e internacional.

OBJETIVO SUPERIOR: mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos tornados vulneráveis e, em processo de emancipação social e política, e promover o movimento ecumênico e seus valores libertários em nível nacional e internacional.

VALORES: Ecumenismo: KOINONIA entende ecumenismo como um valor que correlaciona três dimensões interligadas e inseparáveis, a saber: a busca da unidade dos cristãos; a colaboração com outros setores da sociedade que lutam pela paz, justiça e preservação da natureza; e o diálogo fraterno entre as religiões. Este valor é sustentado

pela afirmação do caráter de provisoriedade e incompletude históricas de todas as perspectivas de vida e construções institucionais dos humanos.

Ética de Solidariedade: KOINONIA entende solidariedade como o valor ético maior que orienta e baliza a luta em favor da dignidade humana. Metodologicamente este exercício ético se expressa na fundamentação e estímulo da criatividade de pessoas e grupos no enfrentamento dos problemas postos pela realidade. Esta é a essência da Ação Cultural. Ao mesmo tempo procura reforçar e sustentar as culturas locais e tradicionais como valores referenciais ante as tentativas presentes de homogeneização globalizada.

Direitos Humanos: KOINONIA entende por Direitos Humanos o conjunto de direitos que fundamentados na dignidade intrínseca das pessoas e particularmente destacados nos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais respondem às suas necessidades básicas e de convivência e têm sido conquistados por meio das lutas sociais.

ANEXO D – Lista de Sócios e Diretores de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Almir dos Santos
Ana Emilia Martins Gualberto
André Luiz Videira Figueiredo
Carlos Eduardo Brandão Calvani
Cilas Ferraz de Oliveira
Claudio de Oliveira Ribeiro
Daniela Yabeta
Darli Alves de Souza
Djalma Rosa Torres
Edegard Silva Junior
Eduardo Dutra Machado
Eliana Rolemberg
Elias Meyer Vergara
Ely Eser Barreto César
Ervin Schmidt
Ester Leite Lisboa
Francisco de Assis Silva
Ideraldo Luiz Beltrame
Jaider Batista da Silva
Jether Pereira Ramalho
Jorge Atilio Silva Iulianelli
José Adriano Filho
José Bittencourt Filho
José Mauricio A. Arruti
Josué de Oliveira
Jussara Cristina Vasconcelos Rego
Lais Almeida de Menezes
Lucia Leiga de Oliveira
Luciano Alves de Carvalho
Luiz Caetano Grecco Teixeira
Magali do Nascimento Cunha
Manoela Mafra Vianna

Maria Luiza Rückert
Marília Alves Schüller
Mauricio de Andrade
Moisés Abdon Coppe
Ordep Serra
Paulo Ayres Mattos
Paulo Roberto Garcia
Quitéria Maria Silva Ferreira
Rafael Soares de Oliveira
Rogério Ferreira do Nascimento
Rosa Marga Rothe
Sergio Marcus Pinto Lopes
Taís Fátima Moreti de Oliveira Neves
Yara Monteiro Nogueira
Zeni de Lima Soares
Zwinglio Mota Dias

DIRETORIA:

Presidente: Bispo Paulo Ayres Mattos
Vice-Presidente: Laís Almeida de Meneses
Secretária: Yara Monteiro Nogueira
Tesoureiro: José Adriano Filho, pastor metodista
Vogal: José Maurício Paiva Andion Arruti

CONSELHO FISCAL:

Bispo Maurício José Araújo de Andrade
Lucia Leiga de Oliveira
Eduardo Dutra Machado

**DIRETORIA EXECUTIVA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
COOPERAÇÃO:**

Rafael Soares de Oliveira

ANEXO E - Processo de titulação de uma terra quilombola no Brasil

1. Autodefinição quilombola: A comunidade tem direito como qualquer grupo social a autodefinição. Para dar início ao processo de titulação, a comunidade deve obter junto à Fundação Cultural Palmares a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos;
2. Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e delimitação: O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) tem por objetivo identificar o território quilombola e é elaborado pela Superintendência Regional do Incra. O RTID é formado por vários estudos: o relatório antropológico, o levantamento fundiário: o mapa e o cadastro das famílias. A comunidade tem o direito de participar de sua elaboração;
3. Publicação do Relatório Técnico de Identificação e delimitação: Uma vez aprovado, o resumo do RTID será publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do estado e afixado na sede do município onde está o território. O Incra notificará os ocupantes e vizinhos do território quilombola, que terão 90 dias de prazo para contestação;
4. Portaria de reconhecimento: A fase de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do Presidente do Incra que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados;
5. Decreto de desapropriação: Se o território quilombola incidir em terra de particulares, o Incra deverá desapropriar a área, indenizar o proprietário para então proceder a titulação em nome dos quilombolas;
6. O Presidente do Incra realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território.

FONTE: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

ANEXO F - Expediente do Atlas – Observatório Quilombola

Mapa | Assuntos | Expediente | Estatística | Contato

ATLAS Observatório Quilombola

EXPEDIENTE

Rafael Soares de Oliveira
Diretor Executivo de KOINONIA Presença Eclética

Ana Martins Guilberto
Assessora do Programa Eclé de KOINONIA Presença Eclética

Organizadores do Atlas:
Ana Martins Guilberto
André Carvalho de Oliveira

Pesquisa e Redação:
Ana Martins Guilberto
André Carvalho de Oliveira
Daniela Yzobe
Fabiana Ramos
Valéria Lourenço

Coastas:
André Carvalho de Oliveira
Kátia Elizabeth Simões
Solange Simonato

Revisão:
Manoela Viana
Natasha Assunção
Thiago Ansel

Comunidades participantes do projeto Apoio ao fortalecimento político e protagonismo das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro:

- Areluz / Batatal / Cambuçá
- Alto da Serra
- Baía Formosa
- Barreira
- Boa Esperança
- Botafogo
- Brás
- Campinho da Independência
- Cavieira Botafogo
- Conceição do Imbué
- Outeiro Feliz
- Feliz
- Lagoa Feia
- Machadinho
- Mandala
- Maria Congo
- Maria Joaquina
- Maria Romina
- Pedro do Sal
- Povo Novo
- Resti
- São José
- São Benedito
- Taperá

Projeto Apoio ao fortalecimento político e protagonismo das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro

Web design e programação web:
FW2 Agência Digital

Produção:


Co-produção:
ARQUILERJ

Apoio:
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Parceria:
 
 